



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 012 CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 15 DE MARÇO DE 2007 ANO XXXII

### Mesa Executiva

**NELSON JUSTUS**  
Presidente - PFL

**ANTONIO ANIBELLI**  
1º Vice-Presidente - PMDB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**  
2º Vice-Presidente - PDT

**FELIPE LUCAS**  
3º Vice-Presidente - PPS

**ALEXANDRE CURI**  
1º Secretário - PMDB

**LUCIANA RAFAGNIN**  
2ª Secretária - PT

**LUIZ ACCORSI**  
3º Secretário - PSDB

**CIDA BORGHETTI**  
4ª Secretária - PP

**CHICO NOROESTE**  
5º Secretário - PL

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

### Lideranças

Líder do Governo ..... *Luiz Cláudio Romanelli*  
Líder da Oposição ..... *Valdir Rossoni*  
PMDB ..... *Waldyr Pugliesi*  
PSDB ..... *Luiz Nishimori*  
PFL ..... *Plauto Miró*  
PT ..... *Elton Welter*  
PP ..... *Duílio Genari*  
PDT ..... *Luiz Carlos Martins*  
PTB ..... *Fábio Camargo*  
Bloco PPS/PMN ..... *Marcelo Rangel*  
Bloco PSB/PL/PRB/PV ..... *Reni Pereira*

### Representação Partidária

**PMDB** - 17: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Geraldo Cartário - Luiz Cláudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Rui Hara - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Professor Luizão - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Tadeu Veneri; **PFL** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 03: Carlos Simões - Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira

## SUMÁRIO

### **DIÁRIO Nº 012**

### **11ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **SUMÁRIO**

**Mesa Executiva .....**

**Presenças .....**

**Abertura da Sessão .....**

#### **Expediente:**

Mensagens .....

Ação Direta de Inconstitucional. ...

Ofícios.....

Indicações .....

Requerimentos .....

Projetos de Lei .....

#### **Pequeno Expediente:**

Dep. Elton Welter.....

#### **Horário das Lideranças:**

Liderança do PMDB

Dep. Luiz Cláudio Romanelli....

Liderança do PFL

Dep. Elio Rusch .....

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati

Liderança do Bloco PSB/PL/PRB/PV

Dep. Reni Pereira.....

#### **Ordem do Dia:**

Leitura do Expediente .....

Discussão / Votação:

Redação Final.....

2ª Discussão.....

1ª Discussão.....

Requerimentos.....

**Encerramento da Sessão .....**

### **DIÁRIO Nº 012**

### **11ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 11ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 15 DE MARÇO DE 2007**

(quinta-feira)

#### **Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Caíto Quintana e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

#### **Presenças:**

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Augustinho Zucchi, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Cida Borghetti, Chico

Noroeste, Antonio Belinati, Beti Pavin, Caíto Quintana, Cleiton Kielse, Douglas Fabrício, Duílio Genari, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Luiz Cláudio Romanelli, Luiz Fernandes Litro, Mamede, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Rui Hara, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (35).

Ausentes os Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Felipe Lucas, Ademar Traiano, Artagão Júnior, Carlos Simões, Dobrandino da Silva, Dr. Batista, Durval Amaral, Edgar Bueno, Fábio Camargo, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Nishimori, Nereu Moura e Ribas Carli Filho (16).

Ausentes com justificativa os Srs. Deputados: Luiz Accorsi, Mamede e Ney Leprevost (03).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

#### **Abertura da Sessão:**

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

**A SRA. 2ª SECRETÁRIA**

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

**O SR. 1º SECRETÁRIO**

Procede à leitura do seguinte

***Expediente:******Mensagens***

MENSAGEM Nº 007/07

Curitiba, 07 de março de 2007.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, do imóvel representado pela Quadra 31, no Distrito de Porto Camargo, Município de Icaraíma, com área total de 8.750,00 m<sup>2</sup>, contendo as edificações que especifica, totalizando área construída de 1.044,19 m<sup>2</sup>, de conformidade com a Matrícula nº 2.639, Livro 2, do Registro de Imóveis da Comarca de Icaraíma.

O plano de lei em referência consulta aos interesses da Administração, eis que, em 1998, o Departamento de Estradas de Rodagem - DER obteve licença do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, para construção de complexo de pontes, no Município de Icaraíma (Ribeirão do Veado, Rio Paraná e Rio Amandaí). Em contrapartida, a exigência do IBAMA foi da doação definitiva do imóvel onde encontra-se, atualmente, instalado o Centro de Estudos, Pesquisas e Monitoramento Ambiental do Parque Nacional de Ilha Grande.

Desta forma, o Governo do Paraná, visando o interesse público, com a presente medida, cumpre com o compromisso anteriormente assumido com aquele importante órgão federal.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

**ANTEPROJETO DE LEI**

Art. 1º Fica o poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, o imóvel representado pela Quadra 31, no Distrito de Porto Camargo, Município de Icaraíma, com área total de 8.750,00m<sup>2</sup>, contendo as seguintes edificações: quatro unidades em alvenaria, com área de 128,61m<sup>2</sup> cada uma; uma unidade

em alvenaria, com área de 88,90m<sup>2</sup>, uma unidade em alvenaria com área de 90,52m<sup>2</sup> e uma unidade em alvenaria, com área de 350,33m<sup>2</sup>, totalizando área construída de 1.044,19m<sup>2</sup>, de conformidade com a Matrícula nº 2.639, Livro 2, do Registro de Imóveis da Comarca de Icaraíma.

Art. 2º A presente doação constitui-se medida compensatória, em razão da implantação, pelo Estado, do complexo de pontes na Rodovia BR-487, trecho Icaraíma/PR - Cabureí/MS sendo que as quatro unidades com 128,61m<sup>2</sup>, a unidade com 90,52m<sup>2</sup> e a de 88,90m<sup>2</sup> deverão ser utilizadas como Posto de Polícia Florestal e a unidade de 350,33m<sup>2</sup>, como Centro de Estudos, Pesquisas e Monitoramento Ambiental do Parque Nacional de Ilha Grande e o seu entorno.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**À Diretoria Legislativa.**

MENSAGEM Nº 008/07

Curitiba, 13 de março de 2007.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva extinguir a entidade autárquica denominada Serviço de Loteria do Estado do Paraná - SERLOPAR, vinculada à Casa Civil.

A extinção proposta através do plano de lei em referência consulta plenamente aos superiores interesses públicos, tendo em vista que a autarquia Serviço de Loteria do Estado do Paraná está, no presente momento, desativada em conseqüência de muitos atos e ações do Governo do Estado, os quais culminaram por extirpar da Administração Estadual, as atividades ligadas a toda espécie de jogos.

Merece destacar que a medida legal proposta não acarretará nenhum ônus para os cofres públicos e que no projeto de lei em causa são previstas disposições visando o remanejamento dos cargos em comissão, com as mesmas simbologias. Constam, ainda, dispositivos no sentido de que a Casa Civil sucederá a SERLOPAR, nos contratos e convênios em fase de execução, bem como nos direitos, nas obrigações e na guarda e destinação dos bens patrimoniais da autarquia extinta.

Por fim, a medida determinada que o Poder Executivo designe Grupo de Trabalho, conforme especifica, para promover apuração patrimonial e liquidação do SERLOPAR e, também, autoriza o Poder Executivo a transferir para o Tesouro do Estado do Paraná, os saldos financeiros e orçamentários apurados em decorrência da lei ora proposta.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

## ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Ficam extintas as atividades de exploração dos serviços de loteria no Estado e, conseqüentemente, a entidade autárquica denominada Serviço de Loteria do Estado do Paraná - SERLOPAR, a que se refere a Lei nº 11.272, de 21 de dezembro de 1995.

Art. 2º Ficam transferidos ao âmbito da Casa Civil os cargos de provimento em comissão da autarquia ora extinta.

Art. 3º A Casa Civil sucederá a SERLOPAR nos contratos e convênios em fase de execução, bem como nos direitos, nas obrigações e na guarda e destinação dos bens patrimoniais.

Art. 4º Os funcionários lotados na SERLOPAR ficam à disposição da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP, para fins de realocação.

Art. 5º O Governador do Estado designará, por ato próprio, um Grupo de Trabalho para promover a apuração do patrimônio e a liquidação da SERLOPAR, a ser constituído por servidores do SERLOPAR; da Secretaria de Estado da Fazenda - SEFA; da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP; da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral - SEPL; da Casa Civil - CC e da Procuradoria Geral do Estado - PGE.

Art. 6º Fica o Poder Executivo autorizado a transferir para o Tesouro Geral do Estado do Paraná os saldos financeiros do Serviço de Loteria do Estado do Paraná - SERLOPAR, apurados em decorrência da presente lei.

Art. 7º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.  
**À Diretoria Legislativa.**

## ***Ação Direta de Inconstitucionalidade***

Do Sr. Desembargador Telmo Cherem - Relator da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 399.509-7, no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba; onde é o autor o Sindicato das Empresas de Garagens, Estacionamento e de Limpeza e Conservação de Veículos do Estado do Paraná-SINDEPARK-PR; e interessados o Estado do Paraná e o Presidente da Assembléia Legislativa do Estado, informando que foi deferida a medida cautelar postulada, ao efeito de suspender - até o julgamento final da presente ação - a eficácia

dos artigos 1º, 2º e 3º da Lei Estadual nº 15.333, de 18 de dezembro de 2006, no que atingem as universidades, centros universitários, faculdades e hospitais mantidos por entidades privadas. **Ao conhecimento da Casa.**

## ***Ofícios***

Sob o nº 466/07-OPD/GP do Sr. Nestor Baptista, Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, encaminhando cópias referentes ao julgamento das impugnações protocoladas nessa Corte sob nºs 115026/03-TC e 315629/03-TC. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 467/07-OPD/GP do Sr. Nestor Baptista, Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, encaminhando cópias das principais peças dos Processos nºs 434544/05-TC e 132997/02-TC, referentes, respectivamente, ao recurso de revista e à impugnação de despesas da Universidade Estadual de Londrina. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 416/07-OPD/GP do Sr. Nestor Baptista, Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, encaminhando cópias do Processo nº 392324/01-TC, referente à impugnação de atos de gestão do Fundo Paraná. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 0465/2007- REDUR/LD do Sr. Marcos Alberto Roch Augusto, Supervisor da Representação de Apoio ao Desenvolvimento Urbano Londrina/PR-REDUR/LD, notificando o crédito de recursos financeiros, sob bloqueio, em 01 de fevereiro de 2007, no valor de R\$ 137.300,00 (cento e trinta e sete mil e trezentos reais), destinados ao IAPAR - Instituto Agrônômico do Paraná, na conta vinculada ao Contrato de Repasse nº 0210149-15/2006, assinado em 28 de dezembro de 2006, no âmbito do Programa PRONAF, sob a gestão do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, que tem por objeto reconversão de sistemas de produção com base no fumo no Centro Sul do Paraná - Redes de Propriedades Familiares. **Ao conhecimentos da Casa.**

Sob o nº 275/CGFCC/SPOA/MDA do Sr. Luiz Cláudio Monteiro Morgado, Coordenador-Geral de Finanças, Convênio e Contabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário, encaminhando dados referentes à celebração e liberação de recursos do Convênio nº 132/2006. **Ao conhecimentos da Casa.**

## ***Indicações***

### INDICAÇÃO Nº 009/07

O Deputado que a presente subscreve, no uso de suas atribuições e em especial:

1) o contido no artigo 25, parágrafo 3º, da Constituição Federal, e do artigo 21, da Constituição Estadual, indica a criação da Região Metropolitana de Irati, constituída pelos Municípios integrantes da AMCESPAR:

Irati, Imbituva, Guamiranga, Prudentópolis, Inácio Martins, Rebouças, Rio Azul, Mallet, Fernandes Pinheiro e Teixeira Soares;

2) que na mensagem governamental contenha a criação de dois Conselhos: um Consultivo e outro Deliberativo;

3) que Conselho Deliberativo seja integrado por 5 (cinco) membros de reconhecida capacidade técnica ou administrativa, 03 (três) nomeados pelo Sr. Governador do Estado, um deles nomeado na lista tríplice oriunda dos municípios que integram a Região Metropolitana e o outro, que seja indicado, obedecido o critério citado, pelo Município de Irati;

4) que o texto expresse ainda a capacidade de elaborar convênios, consórcios entre os Municípios e com outros Municípios paranaenses;

5) que ainda a composição do Conselho Consultivo seja composto por um integrante de cada Município da Região Metropolitana.

Sala das Sessões, em 15.03.07.

(a) FELIPE LUCAS

#### JUSTIFICATIVA:

Sr. Governador, Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

A região de Irati, localizada no Centro Sul do Estado, está diretamente ligada à Região Sudeste paranaense através do Município de Prudentópolis, que juntamente compõe a AMCESPAR.

Destaca-se como ponto forte nesta região a agricultura, fruticultura e o setor madeireiro.

Com a proposição desta Região Metropolitana, destacamos os dois Municípios que seriam a âncora no desenvolvimento da economia da região - Irati e Prudentópolis - os quais aliados às suas economias e desenvolvimento, fomentariam a região principalmente dando suporte ao desenvolvimento regional.

Desenvolver um plano bem elaborado, criando alternativas de crescimento, dividindo experiências, tanto na iniciativa privada quanto na pública, certamente esta região estará dando um suporte especial a todos os Municípios que a compõem, bem como também ao nosso Estado.

Com a criação desta Região Metropolitana, podem os Municípios vislumbrar novas alternativas de vida a seus munícipes com o desenvolvimento do transporte, turismo e saúde, com dedicação especial à melhora dos índices do IDH desta região.

#### INDICAÇÃO N° 010/07

Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública:

O Deputado Chico Noroeste dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - reforço na segurança pública no Município de Santa Terezinha de Itaipu, tendo em vista o alarmante aumento do número de ocorrências de violência. Pesquisa recente mostra que o Município está colocado em 5° lugar, no Estado, em mortes violentas;

II - a presente indicação deve-se a solicitação do Sr. Claudiney Costa, Presidente do Partido da República - STI, acompanhado de abaixo-assinado do Sr. Vanderlei Quadro, Presidente da Associação dos Bairros José Millioli; do Sr. Antenor Radel, Presidente da Associação dos Bairros Santa Mônica; do Sr. Fernando Dal Pont, Presidente do Conselho dos Pastores Itaipuenses, do Sr. Cláudio Costa, Presidente do Conselho Tutelar; da Sra. Edna Alves, Presidente da Associação das Mulheres Donas de Casa, além de outras associações do Município.

Sala das Sessões, em 15.03.07.

(a) CHICO NOROESTE

## Requerimentos

### REQUERIMENTO N° 397

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, nos termos do artigo 181 do Regimento Interno, regime de urgência ao Projeto de Lei n° 099/2007 - Mensagem N° 006/07, *que autoriza o Poder Executivo, por meio do IAPAR- Instituto Agrônômico do Paraná, efetuar a doação, ao Município de Palmas, do imóvel com 24.200,00 m2, parte de área maior, conforme discrimina a Matrícula n° 0372, do Registro de Imóveis da Comarca de Palmas.*

Sala das Sessões, em 15.03.07.

(a) LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI

### REQUERIMENTO N° 404

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o arquivamento dos Projetos de Lei n°s 073/07 e 075/07, de autoria dos Deputados Nelson Justus e Plauto Miró, que dispõem sobre o ICMS, tendo em vista que os autores apresentaram novo projeto, ampliando as disposições das proposições apresentadas anteriormente.

Sala das Sessões, em 15.03.07.

(a) NELSON JUSTUS

### REQUERIMENTO N° 405

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o desentranhamento do Projeto de Lei n° 514/06, que declara da Utilidade Pública o Instituto Alfredo Kafer.

Sala das Sessões, em 15.03.07.

(a) NELSON JUSTUS

### REQUERIMENTO N° 401

Senhor Presidente:

O Deputado Tadeu Veneri, do Partido dos Trabalhadores, que ao final subscreve, no uso de suas atribui-

ções regimentais, vem REQUERER, após aprovação do duto Plenário, seja revogado o requerimento aprovado nesta Casa, no dia 05 de março do presente ano, que declarava *persona non grata*, o Presidente da República Bolivariana da Venezuela, Sr. Hugo Chávez.

Sala das Sessões, em 15.03.07.

(a) TADEU VENERI, LUCIANA RAFAGNIN, ELTON WELTER, PEDRO IVO, PÉRICLES DE MELLO e PROFESSOR LUIZÃO.

#### JUSTIFICATIVA:

Requerimento de tal magnitude, como a declaração de *persona non grata*, deveria ser amplamente discutido antes de ser levado à votação. Por isso, o presente pedido de revogação.

#### REQUERIMENTO Nº 402

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja marcada Sessão Solene no dia 18 de abril do corrente ano, para a entrega do título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Professor Newton Carneiro Affonso da Costa, concedido pela Lei Estadual nº 12.564, de 1º de junho de 1999, cujo projeto foi de autoria do saudoso Presidente Aníbal Khury.

Sala das Sessões, em 15.03.07.

(a) ALEXANDRE CURI

#### REQUERIMENTO Nº 386

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Cecília Serger Milke, nesta Capital. Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que a conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades. A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 15.03.07.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 387

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do jovem Élcio Vilmar Ávila, aos 16 anos de idade, no Município de São José dos Pinhais/PR. Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que o conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades. A família

recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 15.03.07.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 388

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Alfredo Pereira de Andrade, aos 77 anos de idade, nesta Capital. Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que o conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades. A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 15.03.07.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 385

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Amilton Gonçalves Padilha e Rosilda Gonçalves Padilha, que completou 50 anos de união conjugal, celebrando Bodas de Ouro.

A união do casal iniciou-se com muito amor, e que, por manter as suas raízes no equilíbrio, foi se firmando dia-a-dia, através da convivência ao longo desses anos. Uma vivência progressiva e madura não tende a acabar, mas amplia-se, uma vez que cada um passa a conhecer vícios e virtudes, manias e costumes do outro. O equilíbrio de amor promoveu a prática da justiça e da bondade, da cooperação e do dever, da afetividade e advertência amadurecidas. O casamento é uma grande escola e esse casal soube construir seu lar em pilares sólidos, aprendendo a arte do convívio, da fraternidade, da solidariedade, sempre cultivando o afeto e respeito.

Sentimos muito orgulho em compartilhar com o casal, sua família e conhecidos, essa data tão importante que está sendo comemorada. Que, ao renovarem seu matrimônio, Deus, em seu infinito amor, os cubra de bênçãos, guiando seus passos e iluminando suas vidas. Nossos sinceros cumprimentos, extensivos aos demais Pares desta colenda Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 15.03.07.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

## REQUERIMENTO Nº 389

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de louvor e congratulações, com outorga de diploma, ao Bispo Dom Ladislau Biernaski, que no próximo dia 19 de março, Dia do Padroeiro de São José dos Pinhais, São José, estará oficializando a instalação da Diocese de São José dos Pinhais, sendo nomeado o 1º Bispo da Diocese de São José dos Pinhais, Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 15.03.07.

(a) FRANCISCO BÜHRER

## JUSTIFICATIVA:

Dom Ladislau Biernaski nasceu em Campo Magro, então Município de Almirante Tamandaré, no dia 24 de outubro de 1937. Seus pais, imigrantes poloneses, sempre trabalharam na agricultura. Ainda menino, com 13 anos, ingressou no Seminário Menor São Vicente de Paulo, em Curitiba. Fez o curso colegial, estudou Filosofia no Instituto dos Franciscanos e Teologia no Studium Theologicus.

Foi ordenado Padre em 1963, na Igreja São Vicente de Paulo. Foi professor e Diretor do Seminário Menor e Provincial dos Padres Vicentinos. Foi Diretor do jornal polonês “Lud” e membro da Fundação São Vicente de Paulo da Rádio Cambiju, de Araucária. Seu trabalho na Conferência dos Religiosos do Brasil o levou a ser eleito Presidente da entidade, em 1977. Em 28 de abril de 1979, foi nomeado Bispo Auxiliar de Curitiba e ordenado em Roma, pelas mãos do Papa João Paulo II. Logo em seguida à ordenação, acompanhou o Papa em sua visita à Polônia.

Desde o início de seu bispado, é responsável pela área do interior da Arquidiocese de Curitiba, em nível regional, foi Secretário Executivo da CNBB Sul II, durante os anos de 1979 e 1980, e nomeado Bispo acompanhante da Comissão Pastoral da Terra e da Comissão Pastoral Operária, além de ser responsável pela dimensão missionária na regional. Sua atuação marcante nessas pastorais o levou a ser escolhido para representar a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil numa visita à Polônia na década de 80, juntamente com grupo de agentes de pastoral brasileiros que se encontraram com o grupo Solidariedade. O intercâmbio de experiências, principalmente sobre a autogestão e produção solidária, serviu de estímulo para o trabalho das pastorais sociais brasileiras.

Como Bispo acompanhante da Pastoral da Terra, participou ativamente das lutas em favor da reforma agrária e contra a violência no campo, tendo sido um dos principais idealizadores da campanha pelo limite máximo da propriedade da terra no Brasil. Além disso, tem sido um dos principais defensores da agroecologia e de políticas públicas para os agricultores familiares. Durante períodos mais duros da repressão aos trabalhadores rurais

paranaenses, foi voz profética contra a violação dos direitos humanos. Neste período, foi eleito Vice-Presidente da Comissão Pastoral da Terra Nacional, cargo que ocupou por seis anos.

Em 16 de novembro de 2006, foi nomeado 1º Bispo da Diocese de São José dos Pinhais, que passa a responder por quatorze Municípios, com uma população estimada em 750 mil habitantes e destes, 497 mil católicos, de 31 Paróquias, com colegiado de cinquenta Padres, 22 Diáconos permanentes e 120 Religiosas.

E nesta nova missão, a qual, por certo edificará e a personificará sob a ordem cristã do amor, do respeito e da solidariedade ao próximo, e por todo o seu legado exemplar e por sua sabedoria que nos ensina gerando frutos de transformação, fé e esperança, Dom Ladislau Biernaski, 1º Bispo da Diocese de São José dos Pinhais, aqui se faz merecedor de todo o reconhecimento e respeito.

É a homenagem que este Poder Legislativo presta a quem muito já contribuiu com o povo paranaense, e agora, em especial, para a recém-criada Diocese de São José dos Pinhais.

## REQUERIMENTO Nº 390

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos Trabalhos da Sessão de hoje, votos de congratulações ao Município de São José dos Pinhais, que no próximo dia 19 de março comemora o dia de seu Santo Padroeiro, São José, e concomitantemente, 317 anos de fundação do Município.

Sala das Sessões, em 15.03.07.

(a) FRANCISCO BÜHRER

## JUSTIFICATIVA:

É a homenagem que este Poder Legislativo presta a um dos Municípios mais importantes do Estado do Paraná, tanto por seu aspecto histórico, quanto por seu peso e equivalência econômica ao Estado.

Localizado na Região Metropolitana de Curitiba, São José dos Pinhais é o terceiro município da RMC com melhor IDH - Índice de Desenvolvimento Humano.

São José dos Pinhais possui um dos mais importantes pólos automotivos do País, um diversificado, produtivo e amplo parque fabril, com indústrias de destaque e presença nos mercados nacional e internacional.

A Cidade, que registra um crescimento demográfico com taxa de 6,5% anual, possui hoje, segundo dados do último censo, 250.000 habitantes. Com território de 945 km², 85% se destinam à área rural; dessas, 20% são áreas especialmente protegidas.

Responsável pelo abastecimento de metade dos hortifrutigranjeiros consumidos em toda a Região Metropolitana de Curitiba, São José dos Pinhais também é o maior produtor de camomila e de morango orgânico do Brasil. Sua localização é estratégica. Além de estar próxima ao Porto de Paranaguá, é cortada pelas BRs 116, 376 e 277.

Em São José dos Pinhais está instalado o moderníssimo Aeroporto Internacional Afonso Pena.

No setor educacional, São José dos Pinhais também ganha destaque, por sediar uma Universidade: a Pontifícia Universidade Católica do Paraná - *Campus* São José, e duas Faculdades: Faculdade Metropolitana de Curitiba - FAMEC, e Faculdade Pilares.

Ao comemorar no próximo dia 19 de março, o Dia do Santo Padroeiro do Município, São José, a cidade ganhará a instalação oficial da Diocese de São José dos Pinhais, que terá como 1º Bispo Dom Ladislau Biernaski, que responderá por quatorze Municípios, com uma população estimada em 750.000 habitantes e destes, 497.000 católicos, de 31 Paróquias, com colegiado de cinquenta padres, 22 diáconos permanentes e 120 religiosas.

Por estes abreviados relatos, o Município de São José dos Pinhais se faz merecedor de todo o reconhecimento e votos de congratulações.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência aos Poderes Executivo e Legislativo de São José dos Pinhais, sendo a Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais localizada à Rua Passos de Oliveira, 1001, Centro, CEP: 83030-720 e a Câmara Municipal, localizada à Rua Veríssimo Marques, 699, Centro, CEP: 83005-410.

#### REQUERIMENTO Nº 396

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Assembléia, voto de congratulações ao jornal Opinião, de Francisco Beltrão, pelo transcurso de seus dez anos de atividades ocorrido no último dia 07 de março corrente.

Requer ainda, seja dada ciência deste requerimento ao referido semanário, na pessoa de sua Diretoria, Sra. Jô Abdala, à Rua Antonio Carneiro Neto, 645, Bairro Alvorada, CEP: 85601-090, Francisco Beltrão-PR.

Sala das Sessões, em 15.03.07.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Por iniciativa de Valdecir Maciel e Ebenezer Baldissera, o jornal Opinião, de Francisco Beltrão, lançou sua primeira edição em 07 de março de 1997. Posteriormente, Ebenezer deixou o jornal, sendo substituído por Lenir Tesser Maciel. O nome Opinião foi escolhido cuidadosamente, vez que antes mesmo de sua criação, a postura era ouvir a opinião dos leitores, para determinar o rumo das reportagens, tanto no que se refere ao conteúdo quanto à forma.

Em julho de 2002, em plena época de Copa do Mundo, o jornal foi adquirido por Jô e Kit Abdala, passando por grandes transformações, sendo polêmico, combativo, político e social, com edições históricas e exclusivas, que lhe renderam diversos prêmios regionais,

estaduais e até nacionais, entre os quais o Prêmio AMSOP de Jornalismo.

Há três anos, o semanário é dirigido por Jô Abdala e Ubirajara de Freitas, sempre cumprindo seu papel de bem informar e participar dos acontecimentos de Francisco Beltrão e do Sudoeste, respeitando a verdade dos fatos e a opinião dos entrevistados, o que conquistou milhares de assinantes em diversos Municípios do Paraná.

Por tudo isso, entendemos justa a homenagem que pretendemos aqui prestar, não só aos Diretores, como à toda equipe de trabalho e aos colaboradores em geral, desejando que a trajetória de sucesso tenha continuidade.

#### REQUERIMENTO Nº 395

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Exmo. Sr. Dr. Rogério Tizzot, DD. Secretário de Estado dos Transportes, solicitando agilização na restauração asfáltica da BR-163, no trecho compreendido entre Santo Antonio do Sudoeste e Pranchita.

Sala das Sessões, em 15.03.07.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

A Secretaria de Estado dos Transportes e o DER, merecem nossas congratulações pelos excelentes trabalhos que vêm realizando nas rodovias estaduais.

Entretanto, as obras de restauração da malha rodoviária da BR-163, no trecho que liga Santo Antonio do Sudoeste à Pranchita, já está programado há bastante tempo, sendo urgente a sua concretização, pois as péssimas condições em que se encontra o referido trecho está dificultando em muito o trânsito de veículos, causando prejuízos de grande monta, vez que se trata de uma região essencialmente agrícola.

#### REQUERIMENTO Nº 400

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando providências urgentes no sentido de proporcionar maior segurança pública ao Município de Santa Terezinha de Itaipu, tendo em vista o alarmante aumento do número de ocorrências de violência. Pesquisa recente mostra que o Município está colocado em 5º lugar, no Estado do Paraná, em mortes violentas.

O presente requerimento justifica-se pela solicitação do Sr. Claudiney Costa, Presidente do Partido da República e Presidente da Associação Beneficente Evangélica, acompanhado de abaixo-assinado do Sr. Vanderlei Quadro, Presidente da Associação dos Bairros José Millioli e outros, do Sr. Antenor Radel, Presidente da Associação dos Bairros Santa Mônica e outros, do Sr. Fernando Dal Pont, Presidente do Conselho dos Pastores Itaipuenses, do Sr.

Cláudio Costa, Presidente do Conselho Tutelar, Edna Alves, Presidente da Associação das Mulheres Donas de Casa, além de outras associações do Município.

Sala das Sessões, em 15.03.07.

(a) CHICO NOROESTE

#### REQUERIMENTO Nº 382

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja encaminhada correspondência ao Presidente da COPEL-Companhia Paranaense de Energia, Exmo. Sr. Rubens Ghilardi, solicitando do mesmo um gerador de energia para o Hospital Municipal Irineu Aparecido Savoldi, de Ourizona.

O referido hospital não realiza cirurgias por falta do gerador, prejudicando serviços de saúde essenciais para a população.

Sala das Sessões, em 15.03.07.

(a) CIDA BORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 383

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente a Exma. Sra. Secretária de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Lygia Lumina Pupatto, solicitando os seguintes documentos e informações relativos às Universidades Estaduais do Paraná, tendo em vista as constantes manifestações que evidenciam, de forma clara e indiscutível, a grave crise atravessada pelas universidades brasileiras.

Não é gratuito o inequívoco apoio emprestado por reitores, estudantes, bem como toda a sociedade as frequentes manifestações, já que a situação falimentar das universidades brasileiras e paranaenses é motivo de constantes debates.

Tendo em conta tais fatos e levando em consideração que o Estado do Paraná é mantenedor de cinco universidades e de diversas unidades isoladas de ensino superior, questionamos:

1. Quanto o Estado do Paraná vem aplicando em recursos para o ensino superior desde janeiro de 2003?

2. Qual a quantidade de recursos destinada a cada universidade e a cada unidade isolada de ensino superior mantida pelo Estado, no mesmo período?

Sala das Sessões, em 15.03.07.

(a) JOCELITO CANTO

### *Projetos de Lei*

#### PROJETOS DE LEI Nº 132/07

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, com sede e foro no Município de Pinhais, Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 15.03.07.

(a) RUI HARA

#### JUSTIFICATIVA:

A Fraternidade Peregrino da Luz - FRAPEL é uma entidade filantrópica, sem fins lucrativos e que presta valoroso trabalho a toda a comunidade local, fundada há mais de 20 anos no Município de Pinhais. Atualmente a FRAPEL beneficia 23 famílias cadastradas, com doação de cestas básicas, roupas, atendimento espiritual, e visitas em suas residências, para acompanhamento do desenvolvimento familiar e orientação de hábitos saudáveis para as crianças, jovens e adultos.

Diante do exposto, espero contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

#### PROJETO DE LEI Nº 133/07

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Fica estabelecido como atividade extracurricular nas escolas da rede estadual o ensino de noções básicas sobre desenvolvimento sustentável.

Art. 2º O ensino de noções básicas sobre desenvolvimento sustentável deve abranger os seguintes conteúdos:

I - solidariedade para com as gerações futuras, ou seja, preservar o ambiente de modo a garantir a vida no futuro;

II - consumo sustentável;

III - lixo: coleta, reciclagem e tratamento;

IV - desenvolvimento sustentável com inclusão social;

V - participação da população através da conscientização de todos da necessidade de conservar o ambiente e de que cada um deve fazer a sua parte para que isso ocorra;

VI - ecossistemas;

VII - conservação e utilização dos recursos hídricos;

VIII - aquecimento global - efeito estufa;

IX - energia;

X - construções sustentáveis;

XI - outros temas correlatos.

Art. 3º Esta lei entra em vigor a partir da sua publicação.

Sala das Sessões, em 15.03.07.

(a) OSMAR BERTOLDI

#### JUSTIFICATIVA:

O desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades. É o desenvolvimento que não esgota

os recursos para o futuro. Essa definição surgiu na Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada pelas Nações Unidas para discutir e propor meios de harmonizar dois objetivos: o desenvolvimento econômico e a conservação ambiental.

Em seu sentido mais amplo, a estratégia de desenvolvimento sustentável visa a promover a harmonia entre os seres humanos e entre a humanidade e a natureza.

A busca do desenvolvimento sustentável requer:

- um sistema político que assegure a efetiva participação dos cidadãos no processo decisório;
- um sistema econômico capaz de gerar excedentes e know-how técnico em bases confiáveis e constantes;
- um sistema social que possa resolver as tensões causadas por um desenvolvimento não equilibrado;
- um sistema de produção que respeite a obrigação de preservar a base ecológica do desenvolvimento;
- um sistema tecnológico que busque constantemente novas soluções;
- um sistema internacional que estimule padrões sustentáveis de comércio e financiamento;
- um sistema administrativo flexível e capaz de autocorrigir-se.

Para ser alcançado, o desenvolvimento sustentável depende de planejamento e do reconhecimento de que os recursos naturais são finitos. Esse conceito representa uma nova forma de desenvolvimento econômico, que leva em conta o meio ambiente.

Muitas vezes, desenvolvimento é confundido com crescimento econômico, que depende do consumo crescente de energia e recursos naturais. O crescimento tende a ser insustentável, pois leva ao esgotamento dos recursos naturais dos quais a humanidade depende. Atividades econômicas podem ser encorajadas em detrimento da base de recursos naturais dos países. Desses recursos depende não só a existência humana e a diversidade biológica, como o próprio crescimento econômico. O desenvolvimento sustentável sugere, de fato, qualidade em vez de quantidade, com a redução do uso de matérias-primas e produtos e o aumento da reutilização e da reciclagem.

Dessa forma, podemos concluir que para que se consiga o desenvolvimento sustentável é necessário conjugar esforços de toda a sociedade, sem a exclusão de qualquer de seus segmentos, discutindo-se temas importantes como: explosão demográfica, controle de natalidade, desenvolvimento industrial e depredação, nova política educacional, aquecimento global, etc.

O desenvolvimento sustentável deve ser objetivo planetário, de toda a humanidade, para que possa ser alcançado. Os povos devem se unir por esta causa e em parceria combater os problemas ambientais com soluções diferentes.

A preservação do meio ambiente deve ser uma meta permanente. Por isso, entendemos que o assunto deve ser abordado de forma permanente pelas instituições de ensino de Estado, auxiliando a preparar cidadãos cônscios de suas responsabilidades preservacionistas.

PROJETO DE LEI Nº 134/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Os supermercados, estabelecimentos congêneres e o comércio em geral ficam obrigados a oferecerem aos seus clientes sacolas ou sacos plásticos de material biodegradável ou reutilizável para embalagens dos produtos.

§ 1º Estes mesmos estabelecimentos devem substituir as antigas sacolas ou sacos de material não biodegradável ou não reutilizável por outras as quais sejam de material referido no *caput* deste artigo.

§ 2º As sacolas e sacos devem ser confeccionadas com material resistente, que suporte o peso dos produtos, para o uso continuado na acomodação e transporte dos produtos adquiridos.

Art. 2º A partir da aprovação da presente lei, o Estado poderá permitir a dedução de impostos estaduais dos valores despendidos a título de desenvolvimento ou de patrocínio de programas ambientais diretamente relacionados à mudança de comportamento das empresas e dos clientes quando do incentivo da utilização de embalagens biodegradáveis ou reutilizáveis.

Parágrafo Único. Os benefícios de que trata este artigo não excluem ou reduzem benefícios fiscais e deduções em vigor.

Art. 3º Os programas de respeito ao meio ambiente citados no artigo anterior poderão abranger:

I - produção de material de publicidade relacionado, necessariamente, ao incentivo de uso das sacolas e sacos plásticos biodegradáveis ou reutilizáveis por parte dos clientes e da postura da empresa;

II - treinamento de pessoal para o desenvolvimento de eventos educativos;

III - produção de eventos educativos de respeito ao meio ambiente ecologicamente perfeito.

Art. 4º - Ficam proibidas de usufruírem os incentivos previstos no artigo 2º, as empresas que:

I - estiverem inadimplentes com a Receita Estadual;

II - tenham administradores, sócios ou acionistas em condições de inadimplência;

III - integrem grupo empresarial em semelhantes condições de inadimplência;

Art. 5º A empresa beneficiada com o incentivo fiscal referido no artigo 2º, terá o mesmo suspenso, se:

I - denunciada por crime de sonegação fiscal;

II - autora de crime ambiental.

Art. 6º Na perda do benefício de incentivo fiscal concedido por esta lei, que se encaixe nos casos previstos no artigo 5º, a empresa ficará obrigada a fazer a imediata devolução, aos cofres públicos, de todos os valores não recolhidos.

Art. 7º Ficam pendentes de regulamentação pelo Poder Executivo:

I - a tipificação, o tamanho e o grau de complexidade dos estabelecimentos comerciais abrangidos por esta lei;

II - os procedimentos a serem seguidos pelos órgãos oficiais envolvidos no processo de concessão de tais benefícios;

III - os procedimentos necessários para a obtenção dos incentivos fiscais, previstos no artigo 2º;

IV - os prazos para que os estabelecimentos comerciais abrangidos por esta lei se adequem aos ditames da mesma.

Art. 8º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 15.03.07.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Os materiais plásticos são provenientes da resina sintética oriunda do petróleo. Não são biodegradáveis e levam muito tempo para se decomporem na natureza.

As sacolas plásticas são fabricadas de uma resina sintética chamada polietileno de baixa densidade (PEBD), e quando jogadas em vazadouros elas obstruem a passagem da água, acumulando detritos e impedindo a decomposição dos materiais biodegradáveis.

Devido ser um material altamente nocivo ao meio ambiente torna-se necessário um combate eficaz contra o mesmo, como as sérias atitudes tomadas na Europa na luta contra os malefícios causados pela conduta ecologicamente incorreta de uso de material plástico não degradável.

A finalidade de se apresentar tal proposição vem da importância da matéria junto à saúde pública e ambiental, objetivando desestimular o uso de sacolas plásticas, através da obrigatoriedade, e estimular os comerciantes e as pessoas em geral a mudarem sua postura no uso indiscriminado e poluidor das embalagens plásticas não biodegradáveis.

Com certeza, a obrigatoriedade de nossa medida legislativa acarretará um inicial aumento de custo para o empresário, até que os consumidores convençam-se da importância substancial da mudança de atitude e de consciência com relação ao uso ecologicamente correto de materiais biodegradáveis. Eis, por isto, que aqui propomos a concessão dos incentivos fiscais e tributáveis, para que a transição ocorra justa e vantajosamente para os comerciantes e para a sociedade paranaense.

PROJETO DE LEI Nº 135/07

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam as empresas prestadoras de serviço de telefonia fixa obrigadas a discriminar, de modo detalhado todas as ligações efetuadas, nas suas faturas de

cobrança, enviadas ao consumidor: o horário, a duração, a data e o destino das ligações efetuadas pelo consumidor, no mês referente a cobrança.

Art. 2º As empresas que não cumprirem esta lei pagarão multa no importe de 50 (cinquenta) Unidades Fiscais do Estado do Paraná (UFPR), por fatura emitida.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 15.03.07.

(aa) TADEU VENERI, RENI PEREIRA, ANTONIO BELINATI, CLEITON KIELSE, FRANCISCO BÜHRER e ELIO RUSCH.

JUSTIFICATIVA:

Atualmente, o serviço de telefonia fixa se apresenta como essencial para as atividades diárias de qualquer pessoa. Não obstante, as empresas prestadoras de serviço de telefonia, especialmente as da modalidade fixa, em muitos casos, não tem especificado a origem dos débitos, quando do envio da conta para pagamento. O que ocorre, por exemplo, é a possibilidade de que pulsos extras sejam cobrados de modo equivocado, substancialmente o custo a ser suportado pelo consumidor.

Sobre o assunto, já existem decisões judiciais, inclusive do Supremo Tribunal Federal, em inúmeros arestos, obrigando as operadoras a esclarecimentos sobre os serviços prestados, de modo detalhado, como sendo isto direito inafastável do consumidor. Não atender a este direito representa desrespeito direto ao Código de Defesa do Consumidor e de modo indireto a própria Constituição Federal.

Para afastar tais dúvidas se faz necessário o detalhamento, na fatura de pagamento, de todas as ligações, ou serviços fruídos, para que a contraprestação de pagamento mostre-se justa e necessária.

A Lei nº 9742/97, que regula e traz normas gerais sobre o serviço de telecomunicações estabelece em seu artigo 3º os direitos do consumidor, do seguinte modo:

*Art. 3º O usuário de serviços de telecomunicações têm direito:*

*IV - à informação adequada sobre as condições de prestação dos serviços, suas tarifas e preços,*

Deste modo, percebe-se que a lei federal traz como direito de cada usuário saber por qual serviço, exatamente, está pagando. Até porque só se pode cobrar por aquilo que foi utilizado.

Outrossim, a relação entre o consumidor e a empresa prestadora do serviço de telecomunicação é regida pelo Código de Defesa do Consumidor, consubstanciando assim uma relação de consumo. Pois bem, sendo a Lei nº 8078/90 aplicada a este tipo de relação, necessário se faz a consulta ao seu artigo 6º, que trata dos direitos do consumidor, da seguinte forma:

*Art. 6º São direitos básicos do consumidor:*

*III - a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de*

*quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem.*

Com base nisto, percebe-se que se busca nesta lei fazer valer os direitos do consumidor, sobre os serviços consumidos.

Acerca da legitimidade para propositura de projeto sobre o tema, esta mostra-se adequada aos requisitos constitucionais. Senão vejamos a Constituição Federal, que em seu artigo 24 estabelece:

*Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:*

*V - produção e consumo;*

Pois bem, a competência é concorrente, porquanto deve ser consultado o texto da Constituição do Estado do Paraná, em seu artigo 53, ora *in verbis*:

*Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:*

*XVII - matéria da legislação concorrente da Constituição Federal.*

Portanto, o objetivo maior deste projeto é efetivar um direito do consumidor no Estado do Paraná, qual seja, a obtenção de informações precisas sobre os serviços prestados e consumidos. Revele-se neste ponto que o projeto versa exclusivamente sobre direitos do consumidor.

Essas são as razões que nos levam a solicitar o apoio dos nobres Pares para a aprovação deste projeto.

#### PROJETO DE LEI N° 136/07

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1° Fica suprimido o parágrafo 3° do artigo 9° da Lei n° 12.398, de 30 de dezembro de 1998, que criou a PARANAPREVIDÊNCIA, renumerando-se os demais.

Art. 2° Fica alterada a redação do artigo 13 da Lei n° 12.398, de dezembro de 1998, que passa vigorar com a seguinte redação:

“Art. 13 Os Diretores serão indicados, ao Governo do Estado, pelo Secretário de Estado da Administração e da Previdência, dentre pessoas qualificadas para a função, com comprovada habilitação profissional, formação de nível superior e atuação anterior na mesma área ou em outra afim.”

Art. 3° Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 15.03.07.

(a) LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI

#### JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa, com as alterações, dar maior flexibilidade para a gestão do PARAPREVIDÊNCIA, tendo em vista as reais necessidades da admi-

nistração pública de uma melhora da prestação de serviços, bem como a celeridade nas ações governamentais, em atendimento aos anseios dos segurados.

Com esse mister instrumentos e ferramentas de gestão flexibilizados se fazem necessários para dar suporte a novas implementações na administração e gerenciamento dos recursos do PARANACIDADE.

#### PROJETO DE LEI N° 137/07

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1° Fica acrescido parágrafo único ao artigo 2°, da Lei n° 8.345, de 21 de julho de 1986, com a seguinte redação:

“Parágrafo Único. Poderá integrar a lista de nomes indicada pelo Conselho Universitário ou colegiado equivalente para escolha dos Reitores e Vice-Reitores, cidadão ou cidadã residente no Estado do Paraná, que possua reputação ilibada e notório conhecimento, não sendo necessário ter curso superior.”

Art. 2° Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 15.03.07.

(a) ANTONIO BELINATI

#### JUSTIFICATIVA:

Nobres Srs. Parlamentares, tenho a honra de apresentar o presente projeto de lei que dispõe sobre a inclusão do parágrafo único ao artigo 2° da Lei n° 8.345 de 21 de julho de 1986.

O projeto de lei prevê a composição de listas de nomes para escolha de Reitores e Vice-Reitores das Universidades Estaduais e Diretores das Faculdades Estaduais isoladas, mediante consulta à comunidade universitária.

A proposta visa incluir na referida comunidade universitária, pessoas da sociedade paranaense com reputação ilibada, acrescentando assim, a possibilidade de igualdade a todos.

Assim sendo, esperamos o devido apoio e conseqüentemente aprovação a esta proposta de lei.

### ***Pequeno Expediente***

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Elton Welter.

### ***Deputado Elton Welter (PT)***

O SR. ELTON WELTER

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho a esta tribuna - até não queria me manifestar - na qualidade de Líder da Bancada. Esta semana, o Deputado Stephanes questionava uma matéria publicada

na Folha de São Paulo, onde acusava o PT que era o Partido que tinha mais corrupção. O mesmo jornal esqueceu de dizer - a matéria foi absolutamente parcial - esta mesma pesquisa que é intitulada que o PT é visto como a sigla que tem mais corruptos. O que queríamos registrar é a nossa decepção com a parcialidade que marcou o tratamento dos dados recebidos para publicação. O enfoque não informa o conteúdo total da pesquisa. E esta é a grande satisfação, Deputado, Luizão, você que é Vice-Líder, de nós sermos do PT, com todo o respeito à Liderança de todos os Partidos Políticos. A mesma pesquisa diz o seguinte, veja só, para nossa satisfação, o nosso orgulho, e olha que nós fomos vitrine um ano e meio, com críticas, uma parcialidade praticamente absoluta da maioria dos meios de comunicação deste País, a mesma pesquisa, Deputado Péricles, a mesma pesquisa que o Partido que mais defende os pobres, é 57% dos consultados. Veja só que coisa mais extraordinária para nós que somos do PT. A mesma pesquisa cita que o PT é o que mais defende a justiça social, 42% sendo que os outros Partidos não aparecem nem com 10%. A mesma pesquisa que nos aponta como os mais corruptos, aponta mais o quê? Porque a função da comunicação, da crítica que nós levamos um ano e meio, foi desqualificar o Partido, mas mesmo assim reelegemos o Presidente Lula, mesmo assim conseguimos uma coalizão com outros Partidos políticos, dar este enfoque de que o País realmente está crescendo, desenvolvendo com distribuição de renda. A mesma pesquisa diz o seguinte, apontado pelos consultados, que é o PT que melhor defende os interesses do Brasil, que é o PT que tem mais apoio e apóia os movimentos sociais. Traços que nenhuma outra sigla atinge sequer 10% das citações.

Então, isto para nós é muito gratificante e que as críticas sempre vão ser bem-vindas, de que elas sejam apontadas, porque nós temos esta capacidade e neste ano nós, com toda esta crise que vivenciamos e fomos vitoriosos politicamente, nacionalmente, com as alianças políticas, nós vamos rediscutir novamente o nosso Partido, nós vamos discutir olho no olho com toda a companheirada, nós vamos apontar aquilo que é o ideal de Partido, com uma democracia que está se aprofundando aqui no País.

Então, nós não temos dúvida, nós do PT, como tantos outros companheiros de outros Partidos, nós precisamos fortalecer os Partidos políticos, nós defendemos a reforma política, nós queremos o financiamento público das campanhas, nós queremos democratizar o processo eleitoral, nós queremos criar instrumentos que criem obstáculos para que não haja abuso do poder econômico no processo eleitoral. Nós queremos que o Congresso Nacional vote a reforma política para que seja ajustada a forma que dê equidade na participação de todos os Parlamentares que se inscrevem numa chapa partidária porque nós sabemos o quanto é difícil chegar um Parlamentar a esta Casa que é ligado aos movimentos sociais, que não tem "pistolão" calçando com recursos, muitas vezes

duvidosos, as campanhas eleitorais. Por isso é importante que haja a reforma política, que haja instrumento suficiente para que as disputas eleitorais sejam mais democráticas.

Eu não tenho dúvida quando críticas vêm ao nosso Partido e que a informação não é totalmente dada por um grande órgão de comunicação, é porque este Partido realmente faz com que os rumos da política, na visão democrática de um País que é soberano e cada vez mais negocia com a cabeça erguida, este Partido está fazendo o dever de casa, está cumprindo aquilo que é possível, quando é Governo com outros Partidos que se somam num projeto que está dando sentimento de nação a este País.

É com muita satisfação que faço este pronunciamento.

Muito obrigado.

### ***Horário das Lideranças:***

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No Horário das Lideranças, concedo a palavra ao Deputado Luiz Cláudio Romanelli, PMDB.

### ***Liderança do PMDB: Deputado Luiz Cláudio Romanelli***

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Apenas para registrar, com imensa alegria a escolha feita pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do novo Ministro da Agricultura. Para nós paranaenses é muito importante a escolha do Deputado Federal Odílio Balbinotti, PMDB paranaense, um dos maiores produtores rurais deste País, maior produtor individual de sementes, alguém muito vinculado ao agronegócio, certamente é um grande avanço em relação a esse espaço público que o Paraná tem, cada vez mais, que buscar a nível federal.

Nós agora já temos dois Ministros e para nós paranaenses é muito importante, especialmente o Ministro da Agricultura. Desde que o ex-Governador Ney Braga havia sido Ministro, o Paraná não tinha um Ministro da Agricultura.

Penso que nós ganhamos muito com esta escolha feita pelo Presidente Lula. Ele dá consequência à proposta feita de estabelecer um Governo de coalizão no nosso País. O PMDB tem sido um grande parceiro do Presidente Lula nessa coalizão PT - PMDB e de outros Partidos que nacionalmente se unem para promover o bem, para fazer com que nosso País possa avançar, muito rapidamente, para superar as profundas desigualdades sociais ligadas às desigualdades regionais.

Acho que nós paranaenses hoje devemos ficar muito felizes, foi uma articulação que envolveu a Bancada Federal do PMDB, na Câmara dos Deputados, que envolveu a nova direção política do PMDB nacionalmente. Inclusive quando estivemos lá, no

final de semana, nós tínhamos a notícia de como estavam sendo encaminhados e só faltava, na verdade, a indicação que o Governador Requião deveria fazer ao Presidente Lula para que ocorresse a nomeação do Deputado Odílio Balbinotti. Isso aconteceu na última segunda-feira e ontem o Governador Requião recebeu, logo pela manhã, uma ligação do Presidente da República informando da escolha do Deputado Federal Odílio Balbinotti.

Creio que nós todos paranaenses ganharemos muito com isso, ganha a economia paranaense, ganha a agricultura e a pecuária paranaense, ganha todo processo político que, certamente a nossa representação política vai ser muito maior. Eu, particularmente fico muito feliz porque também, como muitos Parlamentares desta Casa, faço política numa mesma região que faz o Deputado Odílio Balbinotti. Nós tivemos uma dobrada importante nesta última eleição e eu fico muito feliz que possamos ter esse resultado.

Tenho certeza absoluta que as boas políticas que serão desenvolvidas pelo Deputado Odílio Balbinotti, à frente do Ministério da Agricultura, serão a favor do nosso Estado do Paraná e, claro, de todo o Brasil. Tenho certeza absoluta que vai ser muito importante para o nosso Estado, a nomeação do Ministro Odílio Balbinotti, fazendo com que o Paraná - como me disse pessoalmente o Presidente da República, quando estive aqui na campanha eleitoral do segundo turno, naquele comício que fizemos na Boca Maldita - o Presidente da República acredita muito no nosso Estado, acredita no potencial e sempre diz que o Paraná tem que ser mais unido politicamente. Essa união política que nós estamos assistindo está resultando, de forma muito objetiva, nessa unidade que acaba nos dando muito mais espaço político, do ponto de vista público, para poderem de fato, ser ocupados e com isso, criarmos condições melhores para poder promover boas políticas, especialmente na área da agricultura, da diversificação, da expansão da agricultura e, fundamentalmente, no fortalecimento do nosso Estado.

Creio que é um dia importante este, na medida em que o Paraná ganha, de forma muito objetiva, mais um Ministério, sendo esse, o Ministério mais importante da nossa economia, que é o Ministério da Agricultura.

Era isso, Sr. Presidente.

Concedo aparte ao Deputado Antonio Belinati.

#### **O Sr. Antonio Belinati (PP)**

Conversava há pouco com o Líder Valdir Rossoni, sobre essa escolha para o Ministério de Agricultura e estávamos lembrando que existia um outro nome de um outro paranaense ilustre: Reinhold Stephanes, que estava com seu nome cogitado para a Previdência Social e lamentamos que o Deputado Reinhold não tenha sido indicado para o Ministério da Previdência.

#### **O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB)**

Eu concordo plenamente. É um quadro preparado, mas sabemos como é que funciona o Governo. Quem sabe amanhã ou depois...

#### **O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)**

V. Exa. me permite um aparte?

**(Assentimento)**

Deputado Romanelli, primeiro quero cumprimentá-lo e cumprimentar o PMDB do Paraná por esta força de ter conseguido nomear um Ministro do Paraná e só em sendo paranaense - não conheço o Deputado Balbinotti pessoalmente - mas só em sendo paranaense, acredito que fará um grande trabalho. Também quero colocar uma ressalva. Ouvi o pronunciamento do Líder do PT há pouco e não ouvi algo sobre o Ministro paranaense escolhido. Deixa-me uma preocupação, Deputado Romanelli, porque o Ministro Balbinotti é o maior produtor de sementes deste País. Sementes transgênicas. Eu vejo, no apoio recebido do PMDB, do PT do Paraná, do Governador Requião, eu vejo uma mudança de posicionamento quanto ao plantio de soja transgênica em nosso Estado. Eu duvido que o Ministro Balbinotti mude a sua atividade. Ele continuará sendo um dos maiores produtores de sementes transgênicas deste Estado.

Não tenho nada contra o plantio de soja transgênica. Vejo nisso talvez uma mudança da política quanto à questão de transgênicos no nosso Estado. Eu espero que agora o Ministro possa impor a sua vontade, porque ele é um grande conhecedor, porque ele é o maior produtor de sementes transgênicas deste País.

Obrigado.

#### **O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB)**

Agradeço, Deputado Rossoni, sempre com os seus contrapontos.

Concedo com alegria o aparte ao Líder do PT nesta Casa, Deputado Elton Welter.

#### **O Sr. Elton Welter (PT)**

Recebemos com satisfação a indicação do paranaense Odílio Balbinotti, para o Ministério da Agricultura. Com relação à transgenia, não precisa se preocupar, Rossoni, que essa temática está liberada no País. A nossa preocupação é garantir o mercado competitivo, que dê mais dividendos para os paranaenses. A nossa postura não é uma postura anti. Nós estamos preocupados com o futuro das nossas vendas com o mercado internacional, dos nossos frangos, dos nossos suínos.

Por exemplo, a Sadia, ainda não recebe soja transgênica. Por quê? É a maior agroindústria da América Latina. Por que ela não recebe? Porque o mercado europeu, que é o maior comprador deles, tem restrição a isso. É uma garantia de mercado.

Então, esta nossa posição não é de transgenia pura e simplesmente, é uma visão estratégica de mercado, é uma visão inteligente que não se atrela ao interesse mera-

mente do mercado. É por isso que nós tratamos disso. A concepção nossa é diferente: nós não queremos ver aumentada a dependência econômica e tecnológica dos nossos produtores. Queremos que eles consigam plantar aquilo que eles colherão, naturalmente. Mas, não podemos colocá-los lá na frente, numa situação em que eles ficam sem opção. É esse o grande desafio do Estado do Paraná. Eu acredito que o Balbinotti deve ter esse pensamento, fazer com que não haja uma mistura generalizada nessas sementes e que no futuro, de repente, nem tenha mais soja convencional. Isso será um desastre para a agricultura.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB)

Para concluir, sei que há muita gente neste País, que gostaria que nós não pudéssemos estar experimentando neste momento de crescimento da nossa economia, distribuição de renda, de avanço firme das políticas públicas.

Sinceramente, entramos aqui no primeiro ano do segundo mandato do Presidente Lula, no primeiro ano do segundo mandato do Governador Requião e a nossa economia está indo muito bem. Nós temos um grande período de prosperidade pela frente, as mudanças, a cada dia que passa melhoram as condições de vida do nosso povo. Estamos a cada dia experimentando, recebendo mais investimentos que vêm do exterior. A nossa moeda hoje está estável. Nós temos um País que se pode investir com tranquilidade. Eu sei, claro, que tem muita gente que tem dor de cotovelo por esse sucesso que o nosso País está experimentando.

Fico muito feliz com a nomeação de um paranaense para dirigir o rumo da agricultura.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

A Mesa associa-se aos votos de louvor ao, agora Ministro, Odílio Balbinotti. É realmente um privilégio para o Estado do Paraná, ter mais um Ministro.

PSDB. Pela ordem, o Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, eu queria consultar V. Exa. ainda sobre um projeto aprovado nesta Casa, e que o Governo acabou não vetando e nem promulgando a lei. A Assembleia não promulgou.

Queria pedir a V. Exa. nessa questão da Lei nº 709/05, que é a criação, instituir o Conselho Estadual de Cadáveres, no Paraná, para valorizar as instituições de ensino.

Pedir a V. Exa. que pedisse ao Governador que remetesse o referido projeto para cá, para fazer a promulgação da lei, porque o Governo já perdeu o prazo.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

PFL, com a palavra o Deputado Elio Rusch.

Questão de ordem com o Deputado Elton Welter.

O SR. ELTON WELTER (PT) (Questão de Ordem)

Eu queria registrar, com muita satisfação, apesar do baixo quórum, 100% - como Líder da Bancada - da presença dos nossos Deputados. Os nossos seis Deputados estão presentes nesta manhã de quinta-feira. Isso para nós é motivo de satisfação.

## ***Liderança do PFL: Deputado Elio Rusch***

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Uso o horário de Liderança do PFL, para fazer uma correção de uma notícia que saiu na Gazeta do Povo no dia de hoje.

Na verdade, Sr. Presidente, na discussão do projeto, ontem, do Governador do Estado do Paraná, que visa transformar cargos em comissão por decreto, ou mesmo criar e extinguir, que foram apresentadas três emendas da Bancada de Oposição, que solicito que o Governo do Estado, antes de transformar os cargos em comissão, ou criar ou extinguir, que informe a Assembleia Legislativa quais os cargos e o valor de cada um.

Uma outra emenda apresentada pela Deputada Cida Borghetti, que visa estender esse benefício até 31 de dezembro de 2009.

E uma outra emenda apresentada pela Bancada do Governo, que saiu na Gazeta do Povo de hoje como se fosse encabeçada pelo Deputado Elio Rusch. Não assinei essa emenda, mesmo porque entendo que primeiro: sou contra a transformação de cargos por decreto; segundo: não posso fazer uma lei específica, também não posso ser favorável que ela venha valer apenas para esse Governo.

Ora! Se fizemos uma lei dando prazo para que o Governo, só o Roberto Requião possa transformar cargos em comissão por decreto, aí, eu diria, o "Chavismo" está tomando conta aqui no Paraná, que só vale para o Governo. Vim à tribuna dizer que subscrevi uma emenda, que é da Bancada de Oposição. As outras emendas eu não subscrevi e muito menos encabecei uma emenda dessas.

Saiu no jornal hoje, recebi diversas ligações de diversas pessoas: "Mas é sua, você subscreveu, encabeçou uma emenda dando prazo até 31 de dezembro de 2010 para o Governador fazer por decreto". Digo: Não! Mas saiu no jornal.

Venho à tribuna, sei que a Gazeta do Povo é um órgão importante para nosso Estado e com toda certeza, eles farão amanhã essa correção, atribuindo a quem de direito e quem é o autor efetivamente desta emenda.

Mas, Sr. Presidente, outro assunto que me traz aqui e ocupar este espaço do PFL, também é a nomeação do Ministro da Agricultura, Sr. Odílio Balbinotti, Deputado Federal, é do agronegócio. E dizer que a diferença entre nós, PFL e a Bancada de Oposição é diferente da Bancada de Oposição do passado.

Vamos lembrar algumas histórias, Deputado Valdir Rossoni. Quando o Fernando Henrique Cardoso era Pre-

sidente da República, o Paraná também tinha os Ministros José Eduardo de Andrade Vieira, o “Zé do Chapéu”. Ao invés de as lideranças políticas do Paraná que eram Oposição ao Governo fazerem o gesto como nós fizemos, enaltecer o Paraná através dos seus representantes que ocupam cargos importantes - ainda mais quando é Ministro do Estado - nós enaltecemos que o Paraná está sendo valorizado. No passado isso não aconteceu. O Governador Roberto Requião era Senador na época. Ele condenava o José Eduardo ser Ministro do Estado, porque era um banqueiro. Inclusive usava aquela frase: “a raposa cuidando da galinha”.

Quando Rafael Greca era Ministro, da mesma forma, as críticas eram contundentes. E quais eram as outras críticas, inclusive aqui na Assembléia, Presidente Nelson Justus? Eu era Líder do PFL quando Reinhold Stephanes era Ministro da Previdência Social. Nós o convidamos para vir falar para a Assembléia Legislativa e os Parlamentares daquela época sabem muito bem - nós o trouxemos aqui, fez uma explanação sobre a Previdência do nosso Brasil e os Deputados da Oposição nossa, a Oposição ao PFL, condenaram o José Eduardo pelo fato de ele ser Ministro.

Estou dizendo exatamente essas duas faces. Eu, pelo contrário, o PT a nível nacional, o PFL era adversário do Governo. O PMDB no Paraná era nosso adversário. Mas nós, acima de tudo, antes de sermos Oposição somos paranaenses. Nós queremos que o Paraná vá bem. Porque se o Paraná vai bem, os paranaenses vão melhor. Se o Brasil vai bem, os brasileiros vão melhor.

Acho que com o Odílio Balbinotti assumindo o Ministério da Agricultura, quem ganha com isso é o Brasil e o Paraná em especial. Ele é do PMDB, mas é paranaense. E nós, Deputados da Oposição, estamos felizes pelo fato do Odílio Balbinotti assumir esse Ministério. Primeiro: ele ser paranaense; segundo: com o conhecimento que ele tem com o agronegócio do nosso Brasil. Como estamos felizes com o Paulo Bernardo, pelo fato de ser Ministro do Planejamento. É do PT, mas é um paranaense que está lá.

São essas pessoas que vão ajudar a administrar o Brasil, mas nunca vão esquecer as suas origens. Aí é que está a diferença entre os Deputados de Oposição de hoje e os Deputados de Oposição na época passada.

#### **O Sr. Augustinho Zucchi (PDT) (Aparte)**

Deputado Elio Rusch, gostaria de dizer a V. Exa. que procede realmente o vosso pronunciamento. Porque há no Paraná sempre - e isso aconteceu muitas vezes - uma autofagia, como dizem os meios de comunicação. Deputado Waldyr Pugliesi, o Ministro José Eduardo Vieira foi muito criticado. Mas eu e o Deputado Orlando Pessuti rodamos este Brasil em todas as Comissões de Agricultura do País para que o então Ministro José Eduardo implantasse um Programa de Agricultura Familiar. Pois bem, implantou o PRONAF, a menina dos olhos do Governo do PT, hoje.

O Paulo Bernardo - Ministro do Planejamento, conseguiu aglutinar os setores produtivos do Paraná. Vejo que hoje ele faz um trabalho extraordinário em favor do Paraná.

Espero que o Ministro Balbinotti - torcemos para isso, nos congratulamos com a sua nomeação - que ele possa realmente fazer um trabalho extraordinário frente ao Ministério da Agricultura.

Nós devemos, independentemente das questões partidárias, prestigiar aqueles que assumem cargos de relevância representando o nosso Paraná. Claro, representam o Brasil, mas têm sempre aquilo que é importante que é conhecer o Paraná como essas pessoas conhecem e podem nos ajudar no nosso Estado.

Muito obrigado pelo aparte!

#### **O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Agradeço, Deputado Elio Rusch.

#### **O Sr. Osmar Bertoldi (PFL) (Aparte)**

Queria na verdade aproveitar o aparte. Vi que todos estão falando a respeito do novo Ministro paranaense. Mas independente de Partidos, eu também queria dizer que com a ida deste Deputado ao Ministério, abriu-se uma vaga dentro do PMDB e temos aí o mais novo Deputado do Paraná, Deputado Marcelo Almeida, com quem tive oportunidade de compartilhar a vereança na Câmara Municipal e também de trabalhar junto em alguns pleitos a nível daquela Prefeitura.

Queria parabenizar o mais novo Deputado do Paraná, Marcelo Almeida, um amigo pessoal, uma pessoa distinta, uma pessoa séria que muito vai contribuir com a nossa Nação.

#### **O SR. ELIO RUSCH (PFL)**

Eu ia fazer algumas considerações sobre a transgenia, levantada pelo Deputado Elton Welter, mas com toda certeza, na semana que vem vamos informar se efetivamente a Sadia compra ou não compra soja transgênica.

Muito obrigado.

#### **O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Com a palavra, Deputado Antonio Belinati.

### ***Lideranças do PP: Deputado Antonio Belinati***

#### **O SR. ANTONIO BELINATI**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O ex-Deputado Márcio Almeida, que ocupou mandato nesta Casa e foi, também, Secretário de Saúde do Município de Londrina, na gestão em que eu fui Prefeito, teve a felicidade de apresentar um projeto de lei estabelecendo eleição para Reitor e Vice-Reitor das Universidades Estaduais de Londrina e, também, das demais Cidades do Paraná que têm universidade estadual. Louvável a iniciativa do então Deputado Márcio Almeida.

Conversei com várias pessoas ligadas à área das universidades no Estado do Paraná e concluímos que há nesta lei que rege a eleição para Reitor e Vice-Reitor um ponto que, no nosso entendimento, deve ser alterado. Hoje, está se exigindo para quem quer concorrer ao cargo de Reitor ou de Reitoria o título de Doutor. Essa exigência afasta da disputa uma grande quantidade de pessoas que, às vezes, tem até notável liderança no meio universitário, porque é sabido que poucas pessoas têm o título de Doutor. Conseqüentemente, a eleição de Reitor acaba ficando uma eleição num clube fechado.

Se levarmos em conta que para ser eleito Vereador, Deputado Estadual, Deputado Federal, Senador, Prefeito, Governador e até Presidente da República não se exige nem mesmo diploma de curso universitário, se pode ser eleito Presidente da República bastando saber ler, escrever e tendo o respaldo da maioria do eleitorado brasileiro, essa exigência de título de Doutor para concorrer ao cargo de Reitor, na nossa visão, tem que ser alterada.

Estamos encaminhando, Sr. Presidente Nelson Justus, a V. Exa., um projeto nesse sentido. Com certeza, esse projeto vai ser analisado nas Comissões da Casa, Comissão de Justiça, principalmente, Comissão de Educação e, depois, o projeto virá ao Plenário. O que nós pretendemos? Eliminar essa exigência de ter que ser Doutor para concorrer ao cargo de Reitor de uma universidade, porque nem sempre quem tem o título de Doutor é o mais simpático ou é a maior liderança na universidade em que trabalha.

Nosso projeto, se acolhido pelo Plenário, vai eliminar a exigência do título de Doutor e vai abrir para todos os cidadãos e cidadãs concorrerem ao cargo de Reitor e de Vice-Reitor. Para isso bastará ser eleitor, ser alfabetizado, se inscrever, se enquadrar dentro das normas e dos demais dispositivos da lei.

Não cabe, não se justifica, não tem fundamento continuarmos com esse clube privado que é a exigência - que considero até absurda - que o candidato ou candidata ao cargo de Reitor apresente o título de Doutor para ser o alto dirigente da universidade.

Volto a repetir, se até o Presidente da República pode ser eleito bastando saber ler, escrever e tendo o voto da maioria dos brasileiros, por que se transformar a eleição de Reitor num clube privado?

Sr. Presidente, eu faço a leitura deste projeto, apelando desde já aos nobres Pares para que se ofereça esse espaço, para que todos concorram. Se a comunidade universitária entender que o melhor candidato para dirigir a Universidade de Ponta Grossa, de Londrina, de Maringá ou as próprias faculdades isoladas, se o melhor candidato é quem tem o título de Doutor, ótimo! Parabéns! E se entender que aquele que apresentou o título de Doutor não é o mais simpático, não é o que tem a melhor proposta para a universidade, será derrotado. Ganhará aquele que contar com o respaldo da comunidade universitária.

O nosso projeto diz o seguinte: *Súmula: Acrescenta parágrafo único ao artigo 2º da Lei 8345 de 21 de julho de 1986.*

*Art. 1º Fica acrescido parágrafo único ao artigo 2º da Lei 8345/86, com a seguinte redação:*

*Parágrafo Único. Poderá integrar a lista de nomes indicada pelo Conselho Universitário ou Colegiado equivalente para a escolha dos Reitores e Vice-Reitores, cidadão ou cidadã residente no Estado do Paraná, que possua reputação ilibada e notório conhecimento, não sendo necessário ter curso superior.*

*Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.*

*(a) ANTONIO BELINATI - Deputado Estadual.*

É isso, Sr. Presidente, nós encaminhamos inclusive a cópia da Lei 8345, uma lei louvável do nobre ex-Deputado Márcio Almeida, que estabeleceu a eleição para Reitor e Vice-Reitor aqui no Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Bloco PSB/PL/PRB/PV. Com a palavra, Deputado Reni Pereira.

### ***Liderança do Bloco PSB/PL/PRB/PV: Deputado Reni Pereira (PSB)***

O SR. RENI PEREIRA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Nesta semana, comemoramos, ou pelo menos lembramos que é a semana do consumidor. Comemora-se o aniversário da Lei de Defesa do Consumidor, do Código de Defesa do Consumidor. E esta Casa não passará batida. Eu, como Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, juntamente com os Deputados Cleiton Kiese, Tadeu Veneri, Antonio Belinati, Elio Rusch, Luiz Eduardo Cheida - que não está presente, mas certamente assinará na seqüência o projeto - e o Deputado Francisco Bühner, estamos apresentando um projeto que inclusive alguns Deputados já tentaram, mas não perseverou no sentido de fazer com que as empresas de telefonia também cumpram a lei no Estado do Paraná. Inclusive, o Deputado Tadeu Veneri tem um projeto que estaremos apresentando pela Comissão na semana que vem, que se aprovado e no primeiro que logarmos êxito, com certeza estaremos levando um benefício aos consumidores do Paraná.

O Deputado Tadeu Veneri, através dessa idéia que será apresentada pela Comissão, vamos fazer aqui o que já ocorreu no Rio Grande do Sul: proibir a cobrança de pulsos. Mas, enquanto não existe essa proibição, estamos pedindo através desse projeto da Comissão, mas em nome da Assembléia Legislativa, todos os Deputados pode-se dizer que são co-autores desse projeto, no sentido de que as Companhias Telefônicas do Paraná discriminem todas as ligações efetuadas pelos consumidores. Porque assim diz a lei.

Esse projeto foi apresentado com base no artigo 24 da Constituição Federal, que diz que os Estados e a União podem legislar concorrentemente sobre a produção e o consumo. O artigo 53 da Constituição Estadual diz que a Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador, pode dispor sobre as matérias de competência de um Estado, especificamente, matéria de legislação concorrente com a Constituição Federal. A Lei 9742/97 diz, no seu artigo 3º, *que o usuário do serviço de telecomunicações tem direito: Inciso IV, à informação adequada sobre as condições de prestação dos serviços, suas tarifas e preços.*

Entendemos que hoje não cumpre o direito básico do consumidor do Estado do Paraná, ao passo que se nega a informação adequada e clara sobre os diferentes preços e serviços, com a especificação correta de quantidade, característica e composição, qualidade e preço. Como isso ocorre, hoje? Às vezes, o morador nem fica em casa o mês inteiro e vem na sua conta excesso de pulsos: 150, 120, 130. Se existe um contador nas companhias que medem o excesso e o volume de pulsos, também se deve medir a quem são ligados esses pulsos.

Então, esse projeto está em conformidade com as Constituições Estadual e Federal e o apresenta nesta semana do consumidor. Se eventualmente o outro projeto que apresentaremos, pela Comissão, proibindo a cobrança de pulsos no Estado do Paraná lograr êxito, com certeza, esse projeto deixa de ter a sua razão de existência. Mas por enquanto vamos exigir esse projeto, para que o consumidor do Paraná tenha pelo menos o direito de saber o que está pagando mensalmente.

Era só, Sr. Presidente. Grato pela compreensão e o apoio dos demais Pares desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta Presidência, a pedido do Deputado Douglas Fabrício, registra a presença do Vereador Edemilson, de Barbosa Ferraz. Seja bem-vindo, Vereador.

Liderança da Oposição; Liderança do Governo.  
(Declinam)

## Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

## Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicação n° 009/07, de autoria do Sr. Deputado Felipe Lucas, constante do expediente, sugerindo a criação da Região Metropolitana de Irati. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação n° 010/07, de autoria do Sr. Deputado Chico Noroeste, constante do expediente, propondo o reforço na segurança pública no Município de Santa

Terezinha de Itaipu. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria dos Srs. Deputados Tadeu Veneri, Reni Pereira, Antonio Belinati, Cleiton Kielse, Francisco Bühner e Elio Rusch, devidamente apoiado, constante do expediente. **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Osmar Bertoldi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Rui Hara, constante do expediente, devidamente apoiado. **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Cláudio Romanelli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** **À Diretoria Legislativa.**

## Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

## Redação Final

### ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução n° 03/07, de autoria da Comissão Executiva, que altera dispositivo do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná (artigo 30). **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 03/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º O artigo 30 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 30. As Comissões Permanentes são:

I - Comissão Executiva;

II - Comissão de Constituição e Justiça;

III - Comissão de Finanças;

IV - Comissão de Orçamento;

V - Comissão de Tomada de Contas;

VI - Comissão de Agricultura;

VII - Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação;

VIII - Comissão de Educação, Cultura, Esportes, Ciência e Tecnologia;

- IX - Comissão de Segurança Pública;
- X - Comissão de Saúde Pública;
- XI - Comissão de Redação;
- XII - Comissão de Ecologia e Meio Ambiente;
- XIII - Comissão de Fiscalização da Assembléia Legislativa e Assuntos Municipais;
- XIV - Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania;
- XV - Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, da Criança e do Adolescente;
- XVI - Comissão de Indústria, Comércio e Turismo;
- XVII - Comissão do MERCOSUL e Assuntos Internacionais;
- XVIII - Comissão de Defesa do Consumidor;
- XIX - Comissão de Assuntos Metropolitanos.

Parágrafo Único. As Comissões Permanentes compõem-se de sete membros cada uma, salvo a Executiva que é constituída pelo Presidente, 1º Secretário e 2º Secretário, e a de Constituição e Justiça, que compõe-se de treze membros.”

Art. 2º O artigo 33 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 33. Cabe às Comissões Permanentes, observada a competência específica:

§ 1º À Comissão Executiva compete:

I - opinar sobre as modificações do Regimento Interno;

II - dispor sobre criação, transformação ou extinção de serviços do Poder Legislativo, da sua administração indireta e fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

III - prover os cargos dos serviços administrativos;

IV - conceder licença, aposentadoria e vantagens previstas em lei aos servidores, bem como colocá-los em disponibilidade;

V - julgar concorrência e demais licitações;

VI - autorizar despesa, bem como a assinatura de convênios e de contratos de prestação de serviços, podendo delegar tais atribuições;

VII - elaborar a proposta orçamentária da Assembléia e encaminhá-la ao Poder Executivo;

VIII - propor à Assembléia a criação ou modificação de seus serviços, dar parecer sobre projetos a eles relativos e baixar os respectivos regulamentos;

IX - interpretar conclusivamente, em grau de recurso, os dispositivos do regulamento dos serviços administrativos;

X - encaminhar ao Poder Executivo as solicitações de créditos adicionais necessários aos seus serviços;

XI - autorizar a realização de concurso público;

XII - apresentar o orçamento analítico ao Plenário;

XIII - formalizar, através de Ato da Comissão Executiva, os procedimentos previstos nos incisos II, III, IV e

XI e outros pertinentes à administração interna da Assembléia Legislativa.

§ 2º À Comissão de Constituição e Justiça compete: manifestar-se sobre todas as proposições quanto ao seu aspecto constitucional, legal, jurídico e de técnica legislativa; manifestar-se sobre o caráter estrutural dos projetos para os fins previstos na Constituição do Estado e sobre os recursos previstos neste Regimento; propor através de projeto de resolução, a suspensão, no todo ou em parte, de lei ou de decreto municipal declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça; e, quanto ao mérito, sobre as proposições relativas às seguintes matérias:

I - criação de Municípios;

II - incorporação, fusão e desmembramento de Município;

III - perda de mandato de Deputado;

IV - transferência temporária da sede do Governo;

V - organização dos Poderes do Estado;

VI - Ministério Público;

VII - intervenção nos Municípios;

VIII - alterações de códigos;

IX - organização e divisão judiciária;

X - declaração de utilidade pública de associações civis;

a) sempre que a Comissão de Constituição e Justiça, em seu parecer, concluir pela inconstitucionalidade de uma proposição, a sua tramitação será interrompida de imediato e encaminhada à Mesa Diretora, ainda que distribuída para outras comissões, cabendo impugnação do autor, preliminarmente, à Comissão de Constituição e Justiça no prazo máximo de quinze dias da publicação do parecer. Desta decisão caberá recurso ao Plenário da Assembléia Legislativa. Inexistindo recurso, ou sendo o mesmo rejeitado pelo Plenário, a proposição será tida como definitivamente rejeitada; caso contrário, será encaminhada à próxima comissão.

§ 3º À Comissão de Finanças compete manifestar-se sobre todas as proposições, inclusive as de outras Comissões, que concorram para aumentar ou diminuir a despesa pública; sobre atividades financeiras do Estado; matéria tributária, empréstimos públicos; fixar, em cada Legislatura, para ter vigência na subsequente, a remuneração dos Deputados; fixar para cada exercício financeiro a remuneração do Governador, Vice-Governador do Estado e Secretários de Estado; e submeter previamente à Comissão de Fiscalização os processos referentes à Lei 8358, de 5 de setembro de 1986.

§ 4º À Comissão de Orçamento compete manifestar-se sobre a proposta de Orçamento-Programa. Orçamento Plurianual de Investimento do Estado e do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, organizando, na sua falta, o Projeto de Lei Orçamentária tomando como base o orçamento em vigor, fiscalização de execução do orçamento e abertura de crédito.

§ 5º À Comissão de Tomada de Contas compete manifestar-se sobre representações e recursos dos atos do

Tribunal de Contas; tomar as contas do Governador; fiscalizar as entidades da administração indireta; apreciar, anualmente, as contas do Tribunal de Contas.

§ 6º À Comissão de Agricultura, compete manifestar-se sobre as proposições relativas a agricultura, pecuária, caça, pesca, flora, fauna e solo; defesa animal e vegetal, irrigação e insumos.

§ 7º À Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação compete manifestar-se sobre proposições relativas a obras públicas, seu uso e gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos; concessão de serviços públicos; sobre trânsito e transporte; e, sobre comunicação em geral.

§ 8º À Comissão de Educação, Cultura, Esportes, Ciência e Tecnologia compete manifestar-se sobre a educação e instrução pública ou particular, sobre questões relativas ao desenvolvimento cultural, ao desenvolvimento arqueológico e artístico, ao patrimônio histórico e ao incentivo e difusão de todas as modalidades de esporte amador; manifestar-se em proposições que visem à promoção do desenvolvimento científico e tecnológico e ao apoio financeiro e institucional a projetos e programas voltados à geração, à absorção, sistematização, aplicação e à transferência de conhecimentos científicos e tecnológicos, apoiando medidas que visem ao fortalecimento e à ampliação de base técnico-científico ao Estado, constituído de entidades de ensino, pesquisa e de prestação de serviços técnico-especializados e por unidades de produção de bens de elevado conteúdo tecnológico.

§ 9º À Comissão de Segurança Pública compete manifestar-se sobre as proposições relativas à Polícia Militar e Polícia Civil, assim como referentes à ordem e à segurança pública.

§ 10. À Comissão de Saúde Pública compete manifestar-se sobre as proposições relativas à saúde pública, higiene, assistência sanitária, controle de drogas, medicamentos, alimentos e exercício da medicina e profissões afins.

§ 11. À Comissão de Redação compete preparar a redação final das proposições, observadas as exceções regimentais.

§ 12. À Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, compete manifestar-se sobre as proposições relativas à disciplina das atividades humanas que interfiram ou alterem o meio ambiente, as que visam à conservação da natureza e evitem a depredação dos recursos naturais.

§ 13. À Comissão de Fiscalização da Assembleia Legislativa e Assuntos Municipais terá as seguintes atribuições:

I - apreciar fatos que digam respeito a indícios de despesas não autorizadas, ainda que sob forma de investimentos não programados ou de subsídios não aprovados;

II - solicitar à autoridade responsável que no prazo improrrogável de cinco dias, preste os esclarecimentos necessários;

III - não prestados os esclarecimentos, solicitar do Tribunal de Contas pronunciamento conclusivo sobre a matéria, no prazo de trinta dias;

IV - entendendo o Tribunal de Contas que a despesa é irregular, se julgar que o gasto pode causar dano irreparável ou grave lesão à economia pública, poderá propor à Assembleia Legislativa sua sustação, se ainda não realizado, ou reembolso, se já realizado;

V - se assim deliberar, solicitar ao Tribunal de Contas a designação de técnico para, juntamente com seus Membros, efetuar, *in loco*, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial, nas unidades administrativas dos Três Poderes, da administração direta ou indireta, incluídas e mantidas pelo Poder Público Estadual, nos termos do artigo 74 e 75, inciso IV da Constituição Estadual;

VI - fiscalizar a aplicação da Lei nº 8358, de 08 de setembro de 1986, representando ao Ministério Público, para as providências legais cabíveis, nos casos de não cumprimento do disposto em seu artigo 1º, parágrafo 2º, ou de constatação de irregularidades no processo licitatório;

VII - aspectos relacionados a Municípios e que digam respeito aos critérios de distribuição de verbas estaduais; convênios com o Estado; criação, fusão, desmembramento de Municípios e intervenção nestes; desenvolvimento urbano, Região Metropolitana, aglomerações urbanas, microrregiões e redes de municípios, bem como solicitação de informações e documentos para instrução de proposições que lhes sejam relativas; habitação; transporte coletivo.

§ 14. À Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania compete manifestar-se sobre toda e qualquer proposição que tenha como objeto a criação, regulamentação ou extinção de direitos individuais e coletivos relativos à pessoa humana e a cidadania, especialmente os instituídos pelo artigo 5º da Constituição Federal; bem como sobre as proposições relativas ao resguardo, criação ou extinção de órgãos do Estado que atendam ou defendam os direitos humanos.

§ 15. À Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, da Criança e do Adolescente compete: manifestar-se em proposições cujo objeto seja de interesse da mulher; debater, orientar, apoiar e fiscalizar a atuação do poder público estadual no que se refere à elaboração e execução de políticas públicas para as mulheres; incentivar e promover estudos, debates e projetos relativos à condição feminina; apoiar medidas que visem ao fortalecimento e à ampliação de programas e casas-abrigo para o atendimento de mulheres vítimas de violência; apoiar a elaboração da Política Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher, visando eliminar as discriminações que atingem a mulher, possibilitando sua integração e promoção como cidadã em todos os aspectos da vida econômica, social, política e cultural. No que tange à criança e ao adolescente, compete manifestar-se sobre as proposições relativas aos direitos das crianças e adolescentes, bem como

todas as matérias relacionadas à adoção das políticas públicas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, dentre outras.

§ 16. À Comissão de Indústria, Comércio e Turismo compete manifestar-se sobre as proposições sobre matérias relativas à indústria e comércio, ao turismo interno, ao desenvolvimento de mecanismos de atração de turistas de outros Estados e do exterior.

§ 17. À Comissão do MERCOSUL e Assuntos Internacionais compete manifestar-se sobre as proposições que se refiram ao Mercado Comum do Sul - MERCOSUL e relações internacionais em geral.

§ 18. À Comissão de Defesa do Consumidor compete manifestar-se sobre proposições e assuntos relativos à defesa do consumidor, bem como receber, avaliar e investigar denúncias relativas à violação dos direitos do consumidor.

§ 19. À Comissão de Assuntos Metropolitanos compete manifestar-se sobre todas as proposições relativas às Regiões Metropolitanas e aglomerados urbanos do Estado do Paraná, promovendo a integração das políticas públicas dos Municípios do Estado do Paraná.

§ 20. Ficam estabelecidas a todas as Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa, além dos preceitos contidos no Regimento Interno, as seguintes competências comuns:

I - dar pareceres conclusivos sobre proposições, em qualquer fase da tramitação processual legislativa, manifestando-se em todas as matérias correlatas a sua área temática, quanto aos aspectos técnicos, jurídicos, organizacionais, operacionais, e principalmente sobre o mérito e oportunidade das questões, podendo propor emendas, arguindo e analisando o interesse público, procurando sempre aumentar a qualidade dos resultados legislativos;

II - promover estudos relativos à sua área temática, detectando problemas e apontando soluções, promovendo conferências, palestras e seminários;

III - solicitar à Secretaria Estadual ligada diretamente a sua área temática, relatórios semestrais sobre suas atividades, dando ciência ao Plenário da Assembléia;

IV - solicitar o depoimento de qualquer autoridade ou cidadão para prestar informações;

V - receber petições, reclamações ou representações de qualquer cidadão, contra atos ou omissões de autoridade, sejam de instituições públicas ou privadas;

VI - promover audiências públicas com entidades civis em qualquer lugar do território paranaense;

VII - solicitar a Mesa Executiva o encaminhamento de convocação de Secretário de Estado para prestar pessoalmente informações sobre assuntos de responsabilidade de sua pasta;

VIII - propor ao Plenário da Assembléia, através de requerimento fundamentado, pedido de informações ao Secretário de Estado;

IX - detectar dentro de sua área temática de atuação, atos do Poder Executivo que exorbitem do Poder regulamentar, ou dos limites impostos por delegação legislativa para, se necessário, proceder a sustação do ato, nos termos do inciso XXVI do artigo 54, da Constituição Estadual;

X - solicitar diligências, sejam através de audiências ou pedido de colaboração de órgãos ou entidades públicas e privadas, a fim de melhor executar suas atividades, diligências estas que não implicarão em dilação de prazos regimentais para pronunciamentos relativos a proposições em trâmite nas Comissões.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 14.03.07.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente  
RIBAS CARLI FILHO - Relator

## ***2ª Discussão***

### **ITEM 02**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 012/07, de autoria do Deputado Pedro Ivo, que declara de Utilidade Pública a Associação Universitária Reboucense, com sede e foro no Município de Rebouças. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

### **ITEM 03**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 014/07, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que declara de Utilidade Pública a Associação Unidos Libertaremos Vidas, com sede e foro no Município de Paçandu. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a emenda.**

### **ITEM 04**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 080/07, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que declara de Utilidade Pública a Casa de Sopa Allan Kardec, com sede e foro no Município de Cianorte. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

## ***1ª Discussão***

### **ITEM 05**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 005/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 004/07, que autoriza o Poder Executivo doar ao INCRA, o imóvel situado no Município de Mangueirinha, conforme específica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 001/07, de 26/02/07, em Mensagens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 005/07

P A R E C E R :

**Preâmbulo**

O presente projeto de lei tem por fim autorizar o Poder Executivo doar ao INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, o imóvel que especifica, situado no Município de Manguairinha.

**Fundamentação**

Preceitua a Constituição Estadual:

*Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de Utilidade Pública, ou para fins de assentamento de caráter social.* (grifos nossos)

O projeto está em pleno acordo com tal disposição constitucional, visto que se trata de projeto de lei que doa o imóvel ao INCRA, entidade pessoa jurídica de direito público interno, que o utilizará com fins de assentamento social.

Quanto à iniciativa para legislar, o artigo 65 da Constituição Estadual determina:

*Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.*

Quanto à técnica legislativa, o projeto está em conformidade com os requisitos da Lei Complementar nº 95/98, a qual dispõe a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Dessa forma, em sede de parecer, nosso voto é pela aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 05.03.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

MAURO MORAES - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO  
PROJETO DE LEI Nº 005/07

P A R E C E R :

**Apresentação**

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 004/07, que autoriza o Poder Executivo a doar ao INCRA, imóvel situado no Município de Manguairinha.

**Fundamentação**

Esta Comissão chamada a se pronunciar, através dessa relatoria e de acordo com o que preceitua o artigo 33, parágrafo 7º, do Regimento Interno desta Casa de Leis, verifica não existir nenhum impedimento quanto a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis. Contudo, deve-se ressaltar que o projeto a ser obser-

vado atende aos interesses públicos, principalmente, no que tange a questão agrária. Considerando ainda, que a área a ser doada, destina-se a assentamento para pequenos agricultores, que garantem subsistência familiar e fortalecimento da economia local.

**Conclusão**

Pelo que acima foi exposto, opinamos favoravelmente ao projeto de lei, bem como seu envio ao douto Plenário desta Casa, para a devida decisão finalística.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.03.07.

(aa) MARCOS RANGEL - Presidente

ELIO RUSCH - Relator

**ITEM 06**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 024/07, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública Estadual o São Francisco Instituto Vida, com sede e foro no Município de Cambé. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 001/07, de 26/02/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 024/07

P A R E C E R :

**Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Nelson Justus, declara de Utilidade Pública o São Francisco Instituto Vida, com sede e foro no Município de Cambé.

**Fundamentação**

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

**Conclusão**

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 13.03.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

**ITEM 07**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 071/07, de autoria do Deputado Ney Leprevost, que declara de Utilidade Pública a Associação Estação de Apoio e Oficinas, com sede e foro no Município de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 005/07, de 05/03/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 024/07

P A R E C E R :

**Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Ney Leprevost, declara de Utilidade Pública a Associa-

ção Estação de Apoio e Ofícios, com sede e foro no Município de Londrina.

#### **Fundamentação**

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

#### **Conclusão**

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 13.03.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

### **ITEM 08**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 077/07, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, que declara de Utilidade Pública a Associação São José, com sede e foro no Município de Matelândia. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 007/07, de 06/03/07, em Projetos de Lei).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 077/07

#### P A R E C E R :

#### **Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, declara de Utilidade Pública a Associação São José, com sede e foro no Município de Matelândia.

#### **Fundamentação**

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

#### **Conclusão**

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 13.03.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

### **Requerimentos**

#### **O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Sobre a mesa, Requerimento nº 361, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.**

#### **O SR. MARCELO RANGEL (PPS)**

Para encaminhar, Sr. Presidente.

#### **(Assentimento)**

Sr. Presidente, gostaria de fazer deste meu pronunciamento aqui uma conversa com o Deputado Romanelli. Queria pedir ao senhor para que liberasse os Deputados da Bancada Governista para votarem esse requerimento que, ao meu ver, é muito importante do ponto de vista da

transparência pública. E pelo fato de na primeira discussão o senhor ter falado que faltava uma formulação mais adequada, queria dizer que como sou Deputado de primeiro mandato e estou estreando aqui na Assembléia Legislativa, gostaria que o senhor pudesse me ajudar a fazer a formulação adequada, porque dessa maneira eu poderia, de repente, fazer com que esse requerimento fosse aprovado.

Mas, por outro lado, acho que é importante passar essa aprovação, porque se já está disponível na internet e eu estou pedindo os gastos do Governo nos órgãos de imprensa, nas emissoras de rádio, nos jornais e nas TVs no ano de 2006, se já existe na internet, então acho que não há problema nenhum o Governo do Estado me fornecer essas informações, só para fazermos a conferência. Então, peço ao Deputado Romanelli e a todos da Bancada Governista, porque todas as informações que os Parlamentares estão pedindo aqui na Assembléia, parece-me que estão sendo rejeitadas e acredito que não existe problema nenhum, mesmo porque sei que o Governador Roberto Requião sempre foi muito comedido com relação a gastos de publicidade e principalmente no que diz respeito às emissoras de rádio.

Então, tenho certeza que o Governo do Estado também tem a intenção de aprovar esse requerimento. Então, faço esse pedido à Bancada Governista e se o senhor puder me ajudar a fazer a fundamentação adequada - se realmente não estiver fundamentado de acordo - gostaria muito, porque estou apenas iniciando os meus trabalhos aqui na Assembléia.

#### **O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB)**

Ok, Sr. Presidente, para encaminhar.

#### **(Assentimento)**

Quero dizer ao Deputado Marcelo Rangel que é o segundo requerimento que ele trata de um assunto que é publicidade e propaganda. Tenho dito a ele que os gastos de propaganda - eu considero gastos, mas no pedido ele diz que são investimentos - são públicos e estão na internet no site: [www.gestaododinheiropublico.pr.gov.br](http://www.gestaododinheiropublico.pr.gov.br). Está detalhado por cada uma das unidades administrativas o quanto foi gasto, para quem foi pago, qual o valor que foi pago e a data do pagamento.

O que quero dizer, Sr. Presidente, é que o Deputado Marcelo Rangel, desculpem-me, mas o requerimento dele é político. Político no sentido de quê?

É só para fazer política. É claro que esta é uma Casa política e ele está no direito, até porque integra a Bancada de Oposição, que tem uma posição clara de criar embaraços gerais. Mas, vejam o que ele pede. Ele pede um pedido de informações ao Conselheiro Nestor Baptista, Presidente do Tribunal de Contas do Paraná, no sentido de enviar a esta Casa de Leis relatório de gastos do Governo do Estado em publicidade, no ano de 2006, com rádios, jornais, emissoras de televisão, revistas...

Olha, Exa., esse relatório é público. Se ele pedir para o Tribunal, requerer, mandar um ofício, um expe-

diente para o Tribunal de Contas, o Tribunal de Contas toma as providências que são necessárias. Não é necessário fazer um pedido de informação aqui na Assembleia Legislativa, promover um processo de discussão sobre este pedido de informação, para poder fazer o quê? Olha, nós sabemos, aqui dentro desta Casa o que acontece, um pouco fica nestas quatro paredes aqui - são quatro paredes, embora tenha um projeto arquitetônico um pouco diferente, mas figurativamente nas quatro paredes - o fato é que o Deputado pretende sempre utilizar o pedido de informações formulando como instrumento político, da ação política dele na região, fazendo oposição ao Governo.

Então, eu quero dizer a V. Exa., essa discussão sobre pedido de informação que estamos travando aqui nesta Casa, Sr. Presidente, é na verdade merecedora de uma discussão mais aprofundada de todos nós, uma reflexão sobre isto, porque eu sou, *a priori*, eu fui - ontem eu dizia até o seguinte, meu professor para rejeitar pedido de informação aqui nesta Casa foi o Deputado Valdir Rossoni, era Líder do Governo, era então Governador o arquiteto Jaime Lerner, e o Deputado Valdir Rossoni não deixava passar nem os votos de pesar que eu apresentava aqui nesta Casa. Na verdade era isto, fato concreto era isto.

Agora, não dá para vir aqui ouvir os discursos que eu tenho ouvido muitos dias aqui de alguns Parlamentares e certamente que sempre votaram acompanhando o Deputado Valdir Rossoni, os mais fiéis escudeiros.

Então, eu quero dizer a V. Exa. o seguinte: eu fiz uma pesquisa e constatamos que 80% dos pedidos de informação que foram formulados até agora foram aprovados por esta Casa e foram aprovados porque nós consideramos, nós, integrantes da Bancada que compõe, da Bancada que após o Governo, Exa., não temos aqui o Líder do Governo, eu não sou um déspota que chego aqui e encaminho as questões porque é minha vontade pessoal, eu faço uma discussão com os meus companheiros e companheiras que integram esta Bancada - nós temos um processo democrático de discussão.

Agora, eu acho que como a Oposição também tem, que discute internamente, que faz, enfim, a sua discussão, eu acho que é importante estabelecermos que nos pedidos de informação, se nós conseguirmos chegar a um bom termo, se a Oposição começar a utilizar de forma que possa ser - resgatando conceitualmente o que é um pedido de informações - certamente vamos começar a aprovar próximo dos 100% os pedidos de informações. Agora, pedido de informação para fazer política, única e exclusivamente para gerar situações, inclusive complexas, não vamos encaminhar a favor deste tipo de informação. Me desculpe, Deputado Marcelo Rangel - eu inclusive já disse a ele que na área de propaganda e publicidade é uma área que o Parlamentar tem que pensar muito quanto trata deste tema - os veículos de comunicação social do nosso Estado, certamente gostam de ter um relacionamento extremamente institucional com a

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, e com o Governo, enfim, e penso eu que é necessário preservar este relacionamento do ponto de vista institucional.

Era isto, Sr. Presidente. Peço aos Deputados que nós possamos, se o autor não retirar, se necessário, rejeitar este requerimento. Era isto.

#### O SR. PLAUTO MIRÓ (PFL) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu ouço o Líder do Governo aqui tentar explicar por que é que não quer que aprove o requerimento que pede informações sobre como foram gastos os milhões de reais do Governo do Estado nos anos de 2005 e 2006. Anterior a tudo isto, quando aqui, Deputado Waldyr Pugliesi, o Dobrandino era o Líder do Governo todos os pedidos de informações eram aprovados e as Secretarias que recebiam estes pedidos atendiam, inclusive no Governo anterior, todos os pedidos de informações à Bancada do Governo que faziam com relação aos gastos públicos do Governador anterior, tudo foi publicamente aprovado, encaminhado às Secretarias e atendido. Agora, eu não consigo entender, mudou o conceito da Bancada do Governo, não quer mais prestar esclarecimento, não quer mais que se fiscalize as ações do Estado do Paraná! Eu não sei o que é que está acontecendo, é muito estranho!

Quando vejo o Deputado Romanelli falar que o Governo anterior, o ex-Líder do Governo, o Deputado Marcelo Rangel não estava aqui naquele período e ele está tentando saber quanto foi gasto em publicidade em 2005-2006. Eu fico até assustado de ver a Bancada do Governo tomar atitudes e posições como essa e depois aqui o Deputado Romanelli, tentou explicar, rodeou, rodeou, rodeou, e não conseguiu chegar a lugar nenhum.

Acho que se o requerimento do Deputado Marcelo Rangel não está apropriado, não está de acordo com aquilo que vocês pensam, acho que seria interessante vocês ajudarem a elaborar esse requerimento para que possamos ter as informações. E olhem, não foram poucos os recursos que o Governo do Estado gastou no passado. É público, está aqui, chegou tudo, tudo que o Deputado Jocelito pediu foi atendido nos dois últimos anos. Agora espero que a Bancada do Governo possa votar e naturalmente aprovar este pedido de informações. É uma prerrogativa da Casa e não é possível que não tenhamos mais esse direito também.

Muito obrigado.

#### O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, fala-se em transparência e é importante sempre destacar que esta Casa aprovou, no final do ano, uma lei de minha autoria que já é lei no Paraná, promulgada por esta Casa, que todos os gastos em publicidade a partir do dia 15 de janeiro de 2007 são públicos e devem ser colocados na mídia como forma de informação. A partir de agora, todo gasto em publicidade que o Governo do Estado e as autarquias ou qualquer órgão vinculado ao Estado fizer na mídia terá que, obrigatória-

mente, constar o custo de cada anúncio feito, seja ele produção, e ao mesmo tempo, o custo da inserção, seja no jornal, no rádio ou na televisão.

Acho que esta Casa deu um passo importantíssimo para que todos nós, paranaenses, possamos acompanhar quanto custa cada publicidade. Isso vai fazer com que acabe aquele negócio de, de repente, um veículo de comunicação receber um valor exorbitante e outro com a mesma qualidade receber menor valor.

Esse projeto foi feito por esta Casa, aprovado por unanimidade, promulgado dia 15 de janeiro e já é lei no Paraná. Esta lei acaba com tudo isso aqui, esta lei pode fazer com que cada cidadão do Paraná fiscalize quanto custa a mídia. Este projeto, Sr. Presidente, é o único no Brasil, o Estado do Paraná dá exemplo para o Brasil, a partir deste ano.

Muito obrigado.

**O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB) (Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, Srs. Deputados, na verdade eu queria sugerir a V. Exa; tenho acompanhado durante tantos e tantos dias aqui a discussão a respeito do requerimento. Lembro a V. Exa. que a Assembléia viveu momentos parecidos no mandato passado com referência a projeto de lei autorizatório, até o instante em que, reunidas as lideranças com a direção da Casa, optou-se por fazer indicativos. São colocadas à Mesa como indicativos e mandados para a Secretaria competente para serem transformados em projeto de lei.

Eu acho que V. Exa., Sr. Presidente e a Executiva da Casa, poderiam convocar uma reunião com as lideranças partidárias e discutir a questão que eventuais requerimentos, ou estabelecer qual o limite dos requerimentos, e fossem encaminhados à Mesa para que o Deputado pudesse, junto às suas bases ou a questão investigada, demonstrar a sua ação e o requerimento fosse enviado pela Mesa para a Secretaria competente, para o órgão competente do Governo, mesmo sem passar por votação do Plenário. Porque acho, Deputado Romanelli, tive nesta Casa, tenho aqui 25 anos de mandato, já fui Situação e já fui Oposição, qualquer Deputado que pesquise os Anais desta Casa vai encontrar pronunciamentos meus defendendo o direito do Parlamento de informações.

Agora, lembro-me também que, não sei se o Deputado Valdir Rossoni ou o Durval Amaral, no mandato passado do Requião, como Chefe da Casa Civil, certa feita mandei três carrinhos de supermercado trazidos pelo pessoal, atravessando a rua e tal, por causa de um pedido de informação feito, aqui pela Assembléia, que na verdade pedia informação desde o tempo da fundação do Paraná, do Império. Então, existem alguns pedidos que precisam ser avaliados.

Agora, muitos deles, Deputado Romanelli, seria preferível que fossem encaminhados diretamente pela Mesa. Por quê? Porque não geraria o prazo regimental, a responsabilidade jurídica sobre a informação da Secretaria.

Tem a possibilidade de o Secretário chamar o Deputado que está pedindo a informação e transmitir para ele as informações. Teríamos as nossas Sessões com discussões mais aprofundadas sobre assuntos importantes, do que ficarmos com o gabinete cheio de Prefeitos, de pessoas que precisam ser atendidas e ficamos aqui, às vezes uma tarde inteira por causa de um requerimento que vai ser votado no final da Sessão.

Talvez se V. Exa. convocasse as lideranças, estabelecesse um limite para os requerimentos, não votasse no Plenário, fosse encaminhado diretamente para a Secretaria, por ação direta do Parlamentar e não da sua Bancada e não tampouco do Plenário da Casa - porque não seria um requerimento da Assembléia, seria um requerimento do Parlamentar - nós pudéssemos, primeiro: permitir essa visualização; segundo: diminuir as discussões aqui dentro e tornar mais transparente a administração. Acho que isso é muito importante de ser pensado.

**O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, a grande verdade é que tem aqui cada encaminhamento de requerimento, que quando éramos Líderes do Governo nós não aprovávamos. Não é verdade. Existem requerimentos que foram derrubados, porque nós entendíamos que eram requerimentos meramente desnecessários. Mas muitos dos requerimentos apresentados a esta Casa, nós conversávamos com o Parlamentar e dizíamos: olha, você me dá prazo de uma semana e eu te presto a informação diretamente. Não precisa nem colocar em votação. Este era o meu procedimento, talvez errado, talvez certo.

Acredito e quero cumprimentar o Deputado Caíto pela colocação. É claro que se torna difícil, Deputado Nelson Justus, fazemos um acordo de como é que você vai fazer e redigir um requerimento, porque o requerimento é conforme a informação que você recebe. E é este o nosso papel. Agora, eu como Líder da Oposição e Elio Rusch como Vice-Líder, estamos dispostos a abrir o diálogo. Agora, não podemos abrir mão do que é o exercício do nosso mandato.

Tenho assistido, até porque tenho dificuldade de dormir, quando chega lá pelas 11h da noite eu ligo a TV Senado e começo a assistir, ou a Câmara. Vejo lá todos os dias, praticamente todos os dias, a presença de Ministros, a presença de pessoas do Governo debatendo com os Deputados os problemas do País. O que está acontecendo com a nossa Casa? As questões têm que evoluir! Se começarmos aqui a evoluir, trazer pessoas do Governo - posso discordar completamente da política adotada por um determinado Secretário - mas se nós estabelecermos, aqui, uma forma de conduzir esse processo, acredito que nós e V. Exa. está em busca da recuperação da credibilidade desta Casa, tem feito um esforço muito grande, imagine, ao invés de nós estarmos aqui hoje, quinta-feira aprovando uma pauta, Deputado Nelson Justus, que não é culpa de V. Exa., mas só de utilidade pública nós poderíamos.

mos estar discutindo aqui com o Secretário da Agricultura a política agrícola deste Estado.

É claro que PT tem uma visão, é claro que o Deputado Romanelli tem outra visão, é claro que eu tenho um outro posicionamento. Todos os Deputados têm uma visão das questões. Agora, nós não exercemos a função que nos cabe. Por esta questão, Sr. Presidente, eu me proponho ao diálogo. Agora, não há como melhorarmos os trabalhos desta Casa, por mais que nos esforcemos.

Imagine, Deputado Nelson Justus, a Sessão de hoje, se não estivéssemos discutindo este requerimento, já teria terminado esta Sessão.

Então, de repente, aprovamos um projeto do Governo, que está em pauta, vai trabalhar por decreto. A questão do orçamento, não vem uma suplementação durante o ano. Por quê? É feita por decreto. Subimos à tribuna, reclamamos que o Governo não investe em saúde, o que constitucionalmente é exigido. Por quê? Porque ele revogou o artigo que nós exigíamos que fosse respeitado. São essas as razões que começam a radicalizar o trabalho desta Casa.

Eu quero exercer a minha função. Estou no meu quinto mandato. Quando vejo a jovialidade do Deputado Rangel, a vontade que ele tem de trabalhar e eu vejo cercados os seus direitos, como é que nós vamos abrir o diálogo? Qual é a forma, Deputado Nelson Justus? Se formos estabelecer o diálogo, a Oposição está aberta para o diálogo, mas o diálogo, sim. Vamos discutir os problemas do Paraná, através de convites.

Não vamos mais usar a palavra “convocação”, e sim “convite”. Vamos convidar aqui o Presidente da SANEPAR para trazer os esclarecimentos. Eu concluo, a pedido do Líder do Governo.

Obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta Presidência tem sido benevolente com V. Exas., na questão do tempo, até por achar que, democraticamente, o Parlamento tem que “parlar”. Por outro lado, tem sido benevolente também na questão dos encaminhamentos. Quando V. Exas. desviam do assunto, fogem do assunto do encaminhamento de um simples requerimento para outros temas, com um único objetivo, fazer com que nós cheguemos a um melhor nível de produção. Não é com discussões paralelas que nós vamos produzir mais ou melhorar ou fortalecer qualquer tipo de imagem.

Eu quero concordar com o Deputado Caíto Quintana, com a proposição que faz e com a sua preocupação, porque, efetivamente, nós corremos um sério risco de nos repetirmos, a todas as Sessões, a todas as questões de votações para requerimentos ou pedido de informações - lembrando o discurso de posse do Governador Requião e lembrando como atuava a Oposição no Governo passado - nós vamos nos tornar repetitivos e vamos torcer sempre para que esta ou aquela Bancada tenha o maior número de Deputados naquele momento. Por esta razão, acho perfeitamente viável que nós encontremos um *modus*

*vivendi* ou um *modus operandi* para que efetivamente não deixemos, em hipótese alguma, de exercer uma das maiores prerrogativas que nós temos que é de fiscalizar e de obter informações. Por essa razão eu vejo com bons olhos, acho que é muito oportuno que se reúnam as Lideranças para que nós encontremos aí maneiras de facilitar esse tipo de discussão na questão dos encaminhamentos e nas votações de pedidos de requerimentos.

Encerrada a discussão sobre o pedido de informações, que faz através de requerimento, o Deputado Marcelo Rangel. Nós colocamos em votação.

O Sr. Reni Pereira, para encaminhar.

#### O SR. RENI PEREIRA (PSB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, com relação a esse requerimento que nós vamos votar, acho que já poderia ser o início desse entendimento que tanto o Líder da Oposição, como o Deputado Caíto Quintana assinaram.

Nós poderemos valorizar esta Casa e os Deputados, realmente aprovando e não cerceando o direito de investigar pedidos que merecem apoio. Agora, o Conselheiro Nestor Baptista nesse caso específico, ele pode resolver amanhã. Imprimir o relatório que está na internet. Esse tipo de gasto em publicidade já deve estar constando na internet, é público. Não existe nada para se esconder disso aqui.

Acho que poderia já começar esse entendimento entre a Oposição e o Governo, e principalmente, conduzida pela Mesa da Casa, aprovarmos os requerimentos que realmente não têm por onde você chegar senão através da aprovação do requerimento. Aí sim, buscarmos a valorização deste Poder. Este caso aqui, específico, entendo que poderia já começar com esse entendimento.

Faço um apelo a V. Exa. que tanto em relação ao Líder da Oposição, ao Líder do Governo, quanto ao autor, vejam se não é possível solucionar essa questão aqui, haja visto que esses gastos devem necessariamente já constar na internet, que são públicos.

#### O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, permita-me recapitular rapidamente para ajustar meu ponto de vista sobre esse requerimento.

Eu tenho a alegria de dizer que milito na imprensa do Paraná desde 1962. Trabalhei em várias rádios, em vários jornais: Diário do Paraná, Estado do Paraná, Folha de Londrina, Folha do Norte. Fui o primeiro apresentador de telejornal de uma estação de televisão de todo interior do Brasil, a TV Coroados, hoje, filiada à Rede Globo.

Conheci, ao longo desta carreira, trabalhando em rádio, em jornal às vezes até alta madrugada, na televisão, eu conheço o vínculo da imprensa com o poder, já vai 45 anos. Peguei, inclusive, o tempo em que o Governo tradicionalmente, rotineiramente, mandava um jabá para as principais estrelas de determinados jornais, rádios e programas de televisão, que eram chamados de “cala a boca”,

para não falar mal do Governo. Vemos que pouca coisa mudou do tempo que eu comecei a minha carreira.

Aliás, fui até pedir agora a comprovação do meu tempo de serviço, para poder fazer a contagem de tempo do INSS, para efeito de aposentadoria. Com 45 anos militando na imprensa, só uma rádio; nem a televisão pagou e nem o jornal. Só uma rádio recolheu apenas sete meses do tempo que nela trabalhei. Então, eu perdi mais de 40 anos, sem recolhimento.

O que eu vejo é quase que um sufoco de quem está no poder, para poder dar uma verba aqui, e ali fica com ciúme porque o outro está recebendo mais, mesmo estando recebendo menos. O lado de cá, acha que o que está recebendo menos, também não merecia estar recebendo nada. É um martírio para quem é Prefeito, Governador, para quem está no poder. Nós vimos recentemente o caso do próprio Presidente Lula, que tem que socorrer a Rede Globo através do BNDES. O Presidente Lula pegou o dinheiro que era para a empregada doméstica ou a trabalhadora comprar a máquina de costura, uma máquina de fazer sorvete, porque a finalidade do BNDES é socorrer o povo de baixa renda e o Presidente Lula injetou bilhões, dinheiro que vai fazer falta para esse povo que trabalha no informal.

Sr. Presidente, vi aqui alguns Deputados se manifestando, o próprio Deputado Jocelito acreditando que é a cegonha que traz o bebê. Acho que botar na propaganda lá quanto custou, tem comercial na TV que é quinze segundos, vinte segundos. Isso não vai resolver nada! Vamos confiar numa coisa que não vai trazer benefício nenhum!

O que eu creio que o ideal seria todo Governo divulgar o quanto gasta em cada rádio, cada jornal, em cada canal de televisão e certamente não vamos saber que, como sempre, nós temos na nossa imprensa um grupo altamente privilegiado que suga os milhões, milhões dos cofres públicos e quando a fatura atrasa - não estou falando de imprensa séria, estou falando dos picaretas que usam as páginas dos jornais, o rádio, os programas de televisão - quando a fatura está atrasada eles baixam o pau, criticam, hostilizam, instigam a opinião pública contra o Governante.

Sr. Presidente, acho, até para a tranquilidade de quem é Prefeito, Governador, Presidente, divulga aí: a Rede Globo levou tanto, o SBT tanto, a Record tanto, os jornais tanto. Acho, até para orientar os profissionais que escrevem nas páginas dos nossos jornais, porque muitas vezes o jornalista é brilhante, ele desconhece os acertos que são feitos - às vezes até de madrugada - entre o dono do veículo e os detentores do Poder.

Por isso, defendo a aprovação do requerimento do Deputado Rangel.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Encerrada a discussão. Passa-se à votação.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (Pela Ordem)

Gostaria de pedir votação nominal para o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Já está em regime de votação.

Os Srs. Deputados que forem favoráveis ao requerimento do Deputado Rangel queiram levantar-se.

Quinze Deputados votaram a favor do requerimento; quatorze Deputados votaram contra.

**Está aprovado o requerimento.**

Requerimento nº 371, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 373, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Para Encaminhar)

Só quero explicar que esse requerimento é referente ao Hospital de Carambeí, que foi feito pela Fundação Batavo. E lá no passado o Governo que autorizou, houve a questão de liberar incentivos fiscais para fazer aquele hospital. Só estou buscando informações com o Secretário Heron Arzua e com o Secretário Cláudio Xavier, no sentido de buscar a origem daqueles recursos que foram recursos públicos. Porque esse hospital, hoje se sabe que não está sendo usado pelo povo, está sendo meio terceirizado. Quero saber por que, se o hospital foi feito com incentivos fiscais daquela época através da Batavo. Gostaria que ele voltasse a ser público, para atender exatamente o povo.

Por isso, compreensão de todos na aprovação desse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Em discussão o requerimento. Em votação. **Aprovado!**

Requerimento nº 375, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 376 e 377, de autoria do Sr. Deputado Artagão Júnior, constantes do expediente de Sessão anterior. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

O SR. ELIO RUSCH (PFL) (Pela Ordem)

Em meu nome e também em nome do Deputado Duílio Genari, gostaríamos de registrar a presença do Presidente da Câmara Municipal de Santa Helena, Vereador Aldemir; do Vereador Auri Petri e também do Vereador Nelson Moura, que estão aqui na tribuna de honra, o Vereador Luiz Carlos de Camargo.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sejam bem-vindos os Vereadores de Santa Helena.

Requerimento nº 382, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 385 a 388, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente.

**Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 389 e 390, de autoria do Sr. Deputado Francisco Bühner, constantes do expediente.

**Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 395 e 396, de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constantes do expediente.

**Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 397, de autoria do Sr. Deputado Luiz Cláudio Romanelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 400, de autoria do Sr. Deputado Chico Noroeste, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 402, de autoria do Sr. Deputado Alexandre Curi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 404 e 405, de autoria do Sr. Deputado Nelson Justus, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 374, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente de Sessão anterior. **Retirado pelo autor.**

Requerimento n° 383, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimento n° 401, de autoria do Sr. Deputado Tadeu Veneri, com apoio dos Srs. Deputados Professor Luizão, Luciana Rafagnin, Pedro Ivo, Elton Welter e Péricles de Mello, constante do expediente. **À Procuradoria para parecer.**

Esta Presidência evoca para si a responsabilidade do requerimento e envia para a Procuradoria para parecer.

### ***Encerramento da Sessão:***

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 19, à hora regimental, com a seguinte

#### **ORDEM DO DIA:**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 014/07.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 005, 024 e 077/07.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 021, 023 e 079; e do Projeto de Lei Complementar n° 055/07.

Levanta-se a Sessão.

